

# OS EFEITOS ECONÓMICOS DA PANDEMIA

---

## UMA ANÁLISE AUSTRÍACA

Jesús Huerta de Soto

*Tradução: Ricardo Dias de Sousa*

*Edição e Coordenação: Pedro Almeida Jorge*

Março, 2021



## Preâmbulo do Tradutor ao leitor português

O professor Jesús Huerta de Soto é Professor Catedrático de Economia Política na Universidade Rey Juan Carlos em Madrid. Durante a maior parte das duas últimas décadas do séc. XX, foi provavelmente o único economista relevante deste lado do Oceano Atlântico que investigou, publicou e divulgou os seus trabalhos com base nas ideias e metodologia da Escola Austríaca de Economia. A sua constância e a qualidade dos seus trabalhos académicos deram frutos e, a partir de inícios deste século, os seus esforços viram-se amplamente recompensados com o ressurgimento do interesse nas ideias económicas desenvolvidas na tradição de Menger, Mises e Hayek. Todos os anos, chegam dezenas de alunos ao seu Programa de Mestrado e Doutoramento sobre a Escola Austríaca para aprender e trabalhar com ele, não só de Espanha, mas de todo o mundo.

Huerta de Soto é um economista com uma vasta obra. Com livros traduzidos em 17 idiomas, desde o português ao chinês, passando pelo russo, árabe ou coreano. Da sua obra cabem destacar, pelo menos, três grandes e originais contribuições à ciência económica: em primeiro lugar, a esquematização rigorosa das ideias dos pensadores austríacos sobre os ciclos económicos, a que geralmente se dá o nome de Teoria Austríaca do Ciclo Económico, à que faltava um tratamento esquemático e didático que ajudasse à compreensão das ideias sobre o ciclo desenvolvidas por diversos autores da Escola de forma integrada (principalmente, Böhm-Bawerk, Mises e Hayek), e que se pode encontrar, dentro de uma exposição mais ampla do funcionamento do sistema bancário, na sua obra magna (traduzida para o português) *Dinheiro, Crédito Bancário e Ciclos Económicos*; em segundo lugar, o seu estudo sistematizado da função empresarial, que se interlaça, necessariamente, com a crítica ao socialismo, definido como “agressão institucional” ao livre desempenho da função empresarial, função esta que está presente em maior ou menor medida em todos os seres humanos. A obra onde esta análise se desenvolve chama-se *Socialismo, Cálculo Económico y Función Empresarial* e, pelo menos, os capítulos II e III desse livro, são de leitura obrigatória para qualquer pessoa queira perceber a importância económica de defender a liberdade e a livre-iniciativa dos indivíduos; por último, o desenvolvimento do conceito de

---

A presente tradução foi levada a cabo com expressa indicação e autorização do autor. Para fins de republicação, deverá sempre ser contactada a Oficina da Liberdade ou o tradutor.

“eficiência dinâmica”, em que, partindo das ideias da escola austríaca sobre o funcionamento das economias de mercado, critica a definição de eficiência de equilíbrio estático e platónico que os alunos de economia aprendem, como insuficiente para perceber os mecanismos de criação de riqueza e a real eficiência dos processos de mercado, convertendo-se estes em presas fáceis da tentação de encontrar soluções (invariavelmente também elas estáticas) para as supostas falhas de mercado, que não o são numa análise dinâmica do processo. O artigo central deste conceito, “The Theory of Dynamic Efficiency”, pode ser encontrado na colecção de ensaios escritos originalmente em inglês pelo professor Huerta de Soto e publicado pela Routledge. Estas e outras obras podem ser consultadas directamente na página pessoal do autor em [www.jesushurtadesoto.com](http://www.jesushurtadesoto.com). Algumas traduções para português podem ser também encontradas na biblioteca do Instituto Mais Liberdade, em: <https://maisliberdade.pt/biblioteca/>.

O texto abaixo, reproduzido em versão portuguesa, foi redigido durante Janeiro de 2021 e publicado originalmente pelo Instituto Juan de Mariana, em Espanha, no passado dia 1 de Março. Nele, o professor Huerta de Soto aplica muitos dos conceitos da Escola Austríaca, alguns dos quais desenvolvidos pelo próprio, na análise dos efeitos económicos que podemos esperar desta pandemia. Durante a década de 90, quando a queda do socialismo no Leste dava uma actualidade evidente e facilmente contrastável às ideias da Escola Austríaca, era fácil perceber o enquadramento teórico que Huerta de Soto fez do intervencionismo estatal. Durante as duas décadas seguintes, o mundo quis esquecer que houve mais que conjuntura na queda do socialismo bolchevique, que houve a violação de leis económicas perenes nas sociedades humanas. 30 anos volvidos, estas leis continuam a ser manifestamente esquecidas na vã esperança de, assim, melhor combater uma Pandemia que, para além do custo em vidas humanas, está a revelar como a debilidade das novas crenças do Ocidente nos pode arrastar à doença do totalitarismo, onde muitos julgam já ver a cura. O trabalho aqui traduzido serve também, dada a proximidade geográfica, cultural e política de Espanha, para perceber os erros que estão a resultar do excesso de intervenção estatal no combate à Pandemia no nosso próprio país, e as suas consequências se neles persistimos.

Ricardo Dias de Sousa

11 de Março de 2021

# Os Efeitos Económicos da Pandemia: Uma Análise Austríaca

Introdução: ciclos recorrentes de auge e recessão versus crises pontuais devidas a fenómenos extraordinários

Tradicionalmente, os teóricos da Escola Austríaca prestam atenção aos ciclos recorrentes de auge e recessão que afectam as nossas economias, e ao estudo da relação que existe entre estes e as alterações nas etapas da estrutura dos bens de capital que os caracterizam. A Teoria Austríaca dos Ciclos Económicos é, sem dúvida, um dos expoentes mais elaborados de entre as contribuições analíticas da Escola. Esta foi capaz de explicar como os processos de expansão do crédito, impulsionados e orquestrados pelos bancos centrais (e executados pelo sector dos bancos privados, que actua com um coeficiente de reserva fraccionária,<sup>1</sup> criando do nada dinheiro em forma de depósitos, o qual injecta no sistema através de empréstimos às empresas e agentes económicos, sem que previamente se tenha produzido um aumento real da poupança voluntária), induzem erros sistemáticos de investimento, gerando uma estrutura de produção insustentável. Este investimento é canalizado artificialmente para vários projectos, demasiado intensivos em capital, que só poderiam dar frutos num futuro mais longínquo, mas que lamentavelmente não se poderão finalizar, pois os agentes económicos não estão dispostos a apoiá-los sacrificando o seu consumo imediato (quer dizer, poupando) na medida necessária. Por este motivo, surgem inevitavelmente processos de reversão, que põem em manifesto os erros de investimento cometidos e a necessidade de os reconhecer, de abandonar os projectos insustentáveis e reestruturar a economia, transferindo em massa os factores de produção (bens de capital e mão-de-obra), desde os locais onde se empregaram por erro, para novos projectos, menos ambiciosos, mas verdadeiramente rentáveis. A recorrência do fenómeno cíclico explica-se, tanto pelo carácter essencialmente instável da banca com reserva fraccionária, principal fornecedora de dinheiro em forma de expansão do crédito, como pelo viés

---

<sup>1</sup> [Por reserva fraccionária entende-se o sistema financeiro onde os bancos não mantêm a totalidade dos depósitos custodiada nos seus cofres, como reserva para fazer face às necessidades imediatas de reembolso aos depositantes, mas apenas uma parte (fracção) daqueles, sendo o resto emprestado a terceiros. (N.T.)]

inflacionista da generalidade dos teóricos, responsáveis políticos, agentes económicos e sociais e, acima de tudo, bancos centrais, que consideram que a prosperidade económica é um objectivo que se deve conseguir a curto prazo e a qualquer custo, e que a injeção monetária e de crédito é um instrumento do qual em nenhum caso se pode prescindir. Por isso, uma vez iniciada e consolidada a recuperação, mais cedo ou mais tarde, caem eles de novo nas antigas tentações, racionalizam as políticas que uma e outra vez fracassaram e reinicia-se todo o processo de expansão, crise e recessão. E assim sucessivamente.<sup>2</sup>

Ainda que os economistas austríacos tenham proposto as reformas necessárias para que se possa acabar com os ciclos *recorrentes* (basicamente, a eliminação dos bancos centrais, a reprivatização do dinheiro – padrão ouro – e a submissão da banca privada aos princípios gerais do direito de propriedade privada – quer dizer, ao coeficiente de caixa de 100% para os depósitos à vista e equivalentes)<sup>3</sup>, eles sempre salvaguardaram que estas reformas não podem evitar o aparecimento das crises económicas de tipo pontual e não-recorrente, sempre que estas sejam consequência de, por exemplo, guerras, transtornos políticos e sociais graves, desastres naturais ou pandemias, e se produza um grande incremento da incerteza com modificações súbitas na procura por dinheiro e, eventualmente, na taxa social de preferência temporal, mudanças essas que, inclusivamente, podem induzir modificações permanentes nas etapas da estrutura produtiva de bens de capital.

Assim sendo, no presente trabalho, vamos analisar até que ponto uma pandemia como a actual, que, por outro lado, se repetiu em numerosas ocasiões ao longo da história da humanidade, pode desencadear estes e outros efeitos económicos, e até que ponto a intervenção coerciva dos estados pode aliviar os efeitos negativos das mesmas ou se, pelo contrário, esta intervenção pode chegar a ser contraproducente, agravando esses efeitos, tornando-os ainda piores e mais duradouros. Na primeira parte, a atenção da nossa análise vai-se centrar no estudo do possível impacto da Pandemia sobre a estrutura económica. Em seguida, e em segundo lugar, vamos partir

---

<sup>2</sup> [Este parágrafo, carregado de informação, é um resumo bastante condensado da chamada Teoria Austríaca do Ciclo Económico, de acordo com as ideias que o professor Huerta de Soto expõe ao longo do seu livro *Dinheiro, Crédito Bancário e Ciclos Económicos*, em particular nos capítulos IV e V. (N.T.)]

<sup>3</sup> [Estas propostas estão desenvolvidas no capítulo IX da ob. cit. Depósitos à vista, ou depósitos à ordem, são todos aqueles em que o depositário tem a obrigação imediata de restituir o dinheiro no momento em que o depositante (ou alguém com o seu consentimento expresso, por exemplo, através de um cheque) assim o exija. (N.T.)]

do funcionamento da ordem espontânea do mercado, impulsionado pela eficiência dinâmica de um sistema empresarial livre e criativo e dedicado, de forma descentralizada, a detectar os desafios e problemas gerados por uma pandemia. Por contraste e em oposição, analisaremos o problema da impossibilidade do cálculo económico e da alocação ineficiente dos recursos, nos casos em que as decisões se pretendam tomar e impor desde cima, ao nível político: quer dizer, de forma centralizada e utilizando o poder coercivo e sistemático do Estado. Na terceira e última parte deste trabalho, estudaremos o caso particular da intervenção maciça nos mercados monetários e financeiros, por parte dos governos e, principalmente, dos bancos centrais, numa tentativa de fazer frente à Pandemia e de mitigar os seus efeitos. Daremos especial atenção às políticas simultâneas de cortes fiscais e aumento do gasto público, as quais, sob o pretexto da paralisação económica, se apresentam como panaceia e remédio universal para os males que nos afligem.

## 1. Efeitos das pandemias sobre a estrutura produtiva real: mercado de trabalho, processo de etapas dos bens de capital e impacto da incerteza

### 1.1. Mercado de Trabalho

O aparecimento de uma nova doença altamente contagiosa, que se estende por todo o mundo com uma alta mortalidade, constitui, sem nenhuma dúvida, um cenário catastrófico capaz de provocar a curto, médio e, inclusive, longo prazo toda uma série de consequências económicas relevantes. Entre elas, destaca-se, em primeiro lugar, o custo em termos de vítimas humanas, muitas delas ainda plenamente criativas e produtivas. Recordemos, por exemplo, que se estima que a denominada “Gripe Espanhola” tenha provocado, a partir de 1918, entre 40 e 50 milhões de vítimas em todo o mundo (isto é, o triplo dos falecidos da Primeira Guerra Mundial, entre combatentes e civis); devorando principalmente homens e mulheres relativamente jovens e robustos, ou seja, em plena idade produtiva.<sup>4</sup> Por contraste, a actual Pandemia de COVID-19,

---

<sup>4</sup> O autor destas linhas vai sempre recordar o relato do seu amigo Arthur Seldon sobre como perdeu os seus pais. Seldon, depois de se licenciar pela London School of Economics, foi, em conjunto com Lord Harris of High Cross, o primeiro director-geral do Institute of Economic Affairs (IEA) de Londres, distinguido membro da Mont Pèlerin Society, grande polímato e defensor da economia de mercado. Os seus progenitores faleceram distados de um curto espaço de tempo, ambos com trinta anos de idade, como consequência da Gripe Espanhola, quando ele era muito pequeno. Arthur Seldon ficou assim órfão com dois anos de idade e foi adoptado por outros pais. Com o passar dos anos, Seldon soube superar esta

causada pelo vírus SARS-CoV-2, ainda que produzindo sintomas relativamente leves em 85% dos contagiados, é grave para os restantes 15%, requerendo inclusivamente hospitalização para um terço destes e causando a morte a cerca de um em cada cinco hospitalizados graves, a imensa maioria dos quais pessoas idosas já reformadas ou com patologias prévias importantes.

Portanto, a pandemia actual não está a ter efeitos apreciáveis sobre a oferta de mão-de-obra e talento humano no mercado de trabalho, pois o incremento de falecimentos em pessoas em idade de trabalhar que esta provoca é relativamente reduzido. Como já tínhamos mencionado, esta situação contrasta em grande medida com a que se gerou durante a “Gripe Espanhola”, após a qual se registou uma contracção da oferta de trabalho, estimada a nível agregado mundial em mais de 2%, tendo em conta tanto os falecidos pela doença como os que perderam a vida durante a Primeira Guerra Mundial (40 ou 50 milhões de baixas pela doença e mais de 15 milhões pelo conflito bélico). Esta escassez relativa de mão-de-obra não deixou de exercer uma pressão de subida dos salários reais durante os “loucos anos vinte” do século passado, durante os quais se consumou uma reestruturação da economia mundial, de uma economia de guerra a uma de paz, processo que foi simultaneamente acompanhado por uma grande expansão creditícia, cuja análise detalhada não podemos elaborar aqui, mas que assentou as bases para a “Grande Depressão” que se manifestou a partir da grave crise financeira de 1929.<sup>5</sup>

Ao longo da história, diversas pandemias tiveram um impacto bastante maior sobre o mercado de trabalho. Assim, por exemplo, destaca-se a grande peste que assolou a Europa a partir de 1348 e que se estima que tenha reduzido pelo menos num terço o volume total da população. Deste modo, fruto da grande escassez de mão-de-obra resultante da pandemia, verificou-se um aumento importante dos salários reais,

---

experiência traumática que lhe deixou, não obstante, e como seqüela permanente, uma gaguez que não o abandonaria o resto da sua vida, apesar da qual chegou a converter-se num dos economistas mais brilhantes do Reino Unido. Foi em grande medida inspirador da revolução conservadora de Margaret Thatcher, iniciada em finais dos anos setenta do século passado. Veja-se: Arthur Seldon, *Capitalismo*, Unión Editorial, Madrid, 1994, especialmente as págs. 58 e 77. [Uma versão condensada do livro citado de Seldon, editada pelo IEA, pode ser encontrada em: <https://maisliberdade.pt/biblioteca/capitalism-a-condensed-version/> (N.T.)]

<sup>5</sup> Sobre este tema, por exemplo, Murray N. Rothbard, *America's Great Depression*, 5.ª ed., Mises Institute, Auburn AL, 2000. Disponível em: <https://maisliberdade.pt/biblioteca/americas-great-depression/> [O autor citava originalmente a tradução espanhola (N.T.)]



que se consolidou nas décadas subsequentes. A este respeito, é exasperante constatar como os economistas de tipo monetarista e, principalmente, Keynesiano, continuam a “bater na tecla” dos supostos efeitos “benéficos” de guerras e pandemias (supõe-se que com excepção dos milhões de falecidos e empobrecidos que estas causam). Argumentam eles que estas tragédias permitem que as economias saiam da sua inércia e entrem no trilho de uma “prosperidade” efervescente, ao mesmo tempo que justificam as suas políticas económicas de intenso intervencionismo monetário e fiscal. Mises, com a sua habitual perspicácia, qualifica de puro “destrutivismo económico”<sup>6</sup> essas teorias políticas e económicas, que apenas justificam e procuram aumentar a oferta monetária *per capita* e, acima de tudo, o gasto das administrações públicas.<sup>7</sup>

## 1.2. Estrutura produtiva e bens de capital

À parte destes efeitos sobre a população e o mercado laboral, devemos também considerar, em segundo lugar, o impacto de uma pandemia sobre a taxa social de preferência temporal e, portanto, sobre a taxa de juro e etapas da estrutura produtiva de bens de capital. Neste sentido, talvez o cenário mais catastrófico que cabe conceber seja o descrito por Boccaccio na introdução do seu *Decamerão*, a respeito da peste bubónica que flagelou a Europa no séc. XIV. É muito compreensível que as valorações subjectivas se orientem ao presente e ao consumo imediato, se se generalizar a convicção de que existe uma alta probabilidade de contágio e falecimento a curto ou médio prazo. “Comamos e bebamos, que amanhã vamos morrer”, ou “arrependamo-nos, façamos penitência e rezemos, pondo a nossa vida espiritual em ordem” são duas

---

<sup>6</sup> [Sobre o conceito de “destrutivismo”, ver Ludwig von Mises, *Socialism: An Economic and Sociological Analysis*, Mises Institute, Auburn AL, 2009, págs. 457-510. Disponível em: <https://maisliberdade.pt/biblioteca/socialism-an-economic-and-sociological-analysis/> (N.T.)]

<sup>7</sup> Ver, por exemplo, o comentário de Carlo Maria Cipolla sobre os efeitos da Peste Negra do séc. XIV, no seu livro *El gobierno de la moneda: ensayos de historia monetaria*, Editorial Crítica, Barcelona, 1994, págs. 147-152, e a minha crítica a Cipolla em *Dinero, crédito bancario y ciclos económicos*, 7.ª ed., Unión Editorial, Madrid 2020, págs. 60-61 (em particular a referência 56). No entanto, a paranóia destrutivista alcança o seu zénite com Paul Krugman, que chegou a afirmar no seu artigo “*Oh! What a lovely war*”, publicado em 2011: “A Segunda Guerra Mundial é a grande experiência natural sobre os efeitos que acarreta um grande incremento da despesa pública e, como tal, sempre serviu como um importante exemplo positivo (!) para todos aqueles que defendemos o activismo económico para enfrentar uma economia deprimida”. Citado por J.R. Rallo no prólogo de *La Gran Depresión*, ob. cit., págs. XXVI-XXVII. [Como vimos acima, o autor cita a tradução espanhola da obra de Rothbard. O prólogo a que se refere nesta referência pode ser consultado em: <https://juanramonrallo.com/prologo-de-la-gran-depresion/> (N.T.)]



posturas antagónicas perfeitamente compreensíveis face à pandemia e que, curiosamente, têm o mesmo efeito económico: Que sentido tem poupar e empreender projectos de investimento que só poderão dar fruto num futuro longínquo, se nem nós nem os nossos filhos estaremos cá para os aproveitar? O resultado lógico que, por exemplo, se pôde observar na Florença do séc. XIV, assolada pela peste bubónica, foi o abandono em massa de granjas, gado, campos e oficinas e, em geral, o descuido e consumo sem reposição dos bens de capital.<sup>8</sup> Este fenómeno pode ilustrar-se graficamente de forma simplificada, tal como o explico na parte dedicada às “economias em recessão” do meu livro *Dinero, crédito bancário y ciclos económicos*,<sup>9</sup> utilizando os famosos triângulos Hayekianos, que representam a estrutura produtiva de uma sociedade (e cujo significado e explicação detalhada se pode consultar nas páginas 233 e seguintes do mesmo livro).<sup>10</sup>

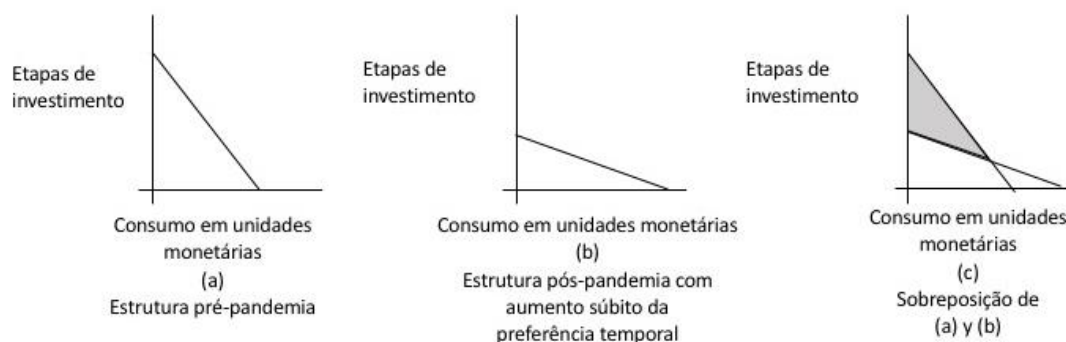


Gráfico 1

<sup>8</sup> “Todos, como se esperassem ver chegar a morte no mesmo dia, se esforçavam com todo o seu engenho não em contribuir para os futuros frutos dos animais e da terra e dos seus trabalhos no passado, mas em consumir os que tinham mais à mão.” G. Boccaccio, *Decamerão*, Primeira Jornada, final do segundo parágrafo, e os meus comentários às referências de John Hicks sobre o tema (*Capital and Time: A Neo-Austrian Theory*, Clarendon, Oxford, 1973, págs. 12-13), incluídos em Jesús Huerta de Soto, *Dinero, crédito bancário y ciclos económicos*, 7.ª ed., Unión Editorial, Madrid 2020, págs. 61 e 276.

<sup>9</sup> Ibid. págs. 275-276.

<sup>10</sup> [Os triângulos Hayekianos são uns gráficos com forma triangular, semelhantes aos que o professor Huerta de Soto apresenta neste trabalho, que F.A. Hayek usou nas palestras que deu, a princípio da década de 30, na London School of Economics, em Londres, e que apareceram publicadas, posteriormente, como *Prices and Production*, em 1931. A ideia de Hayek era explicar que o equilíbrio económico tinha uma vertente inter-temporal, devido ao facto de a produção dos bens necessitar de estruturas de produção e de tempo para chegar ao consumidor final. Os triângulos eram uma forma de tentar introduzir uma teoria do capital nos modelos de equilíbrio existentes. (N.T)]

Como se vê no Gráfico 1, neste caso produz-se um súbito e intenso aumento da taxa social de preferência temporal, que incrementa o consumo monetário imediato (figura b), em detrimento do investimento. Em concreto, várias etapas do processo produtivo, representadas pela área sombreada na figura (c), são abandonadas, uma parte muito importante da população deixa de trabalhar (por falecimento ou voluntariamente) e os que sobrevivem dedicam-se com afinco a consumir bens de consumo (cujos preços em unidades monetárias disparam, perante a contracção da sua oferta e a diminuição generalizada da procura por dinheiro). As transacções no mercado inter-temporal de fundos prestáveis são praticamente interrompidas e as poucas que se efectuam são-no a taxas de juro com valores “proibitivos”.

Contrastando com o cenário anterior, não existem indícios de que, na actual Pandemia de COVID-19, se tenha produzido uma modificação significativa da taxa social de preferência temporal (mais além do efeito do incremento temporal da incerteza que veremos mais adiante). Por um lado, as circunstâncias actuais não se assemelham, nem por assomo, às de uma pandemia tão grave como a descrita por Boccaccio no *Decamerão*. Como indicámos, a mortalidade previsível da população em idade de trabalhar é praticamente irrelevante e as expectativas em relação ao feliz culminar dos processos de investimento de maturidade temporal mais longínqua permanecem inalteradas (por exemplo, continua a investir-se no design, inovação e produção dos futuros carros eléctricos, e em vários outros projectos com investimentos a longo prazo). Se não se produziu uma mutação significativa na taxa social de preferência temporal, também não se produz uma alteração da estrutura de etapas de produção de bens de capital descrita de forma simplificada no gráfico Hayekiano, salvo por três efeitos: um de muito curto prazo, outro de duração de médio prazo (entre 1 e 3 anos) e o terceiro de duração mais prolongada e inclusivamente indefinida.

1. O primeiro caso é o de efeito imediato e temporalmente reduzido (de uns poucos meses) que têm sobre a estrutura produtiva real os confinamentos coercivos impostos pelos governos. Pode-se supor que a “paragem” económica decretada durante uns meses tenha afectado, em termos relativos, principalmente o esforço produtivo mais afastado do consumo final: ao fim e ao cabo, a população, inclusivamente a confinada que não pôde trabalhar, continuou a necessitar e a consumir bens e serviços de consumo (nem que fosse através do comércio electrónico – Amazon, etc. – já que muitas lojas e distribuidores finais foram obrigados a fechar, ao não poder ser considerados “actividades essenciais”). Se isto foi assim, supondo também que a procura monetária final dirigida ao consumo não se viu significativamente alterada, já

seja porque as economias domésticas, obrigatoriamente paradas por imposição das autoridades, fizeram uso das suas reservas financeiras ou porque substituíram a diminuição dos ingressos por fundos procedentes de subsídios temporais por desemprego (ERTES, ERES, etc.),<sup>11</sup> a estrutura produtiva em termos monetários terá oscilado ao longo de um curto espaço de tempo, de forma pendular, tal como se mostra abaixo (gráfico 2):

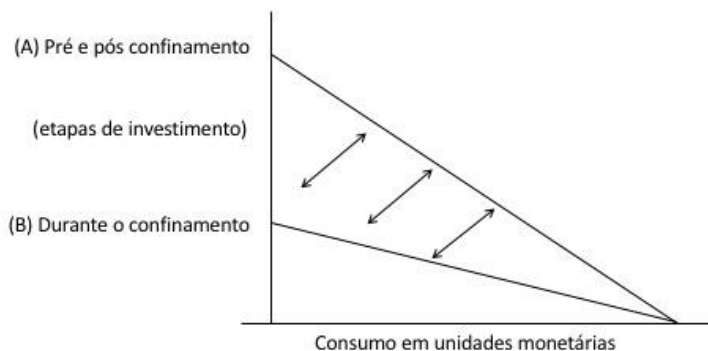


Gráfico 2

Em qualquer caso, terminado o período de “desconexão” forçada do processo produtivo e com os factores de produção de volta ao seu emprego habitual, o processo de produção pode reiniciar-se no ponto em que ficou parado, pois não se manifestaram erros sistemáticos geradores de maus investimentos que exijam reconversão.<sup>12</sup> À diferença do que aconteceu na Grande Recessão de 2008, a estrutura produtiva não se viu irremediavelmente danificada, pelo que não será necessário um doloroso processo de reconversão e realocação em massa de mão-de-obra e de factores de produção: simplesmente se requiere que empresários, trabalhadores, e autónomos voltem ao trabalho, retomando as mesmas tarefas no ponto em que se interromperam e utilizando

<sup>11</sup> [ERE – Expediente de Regulación de Empleo e ERTE – Expediente de Regulación Temporal de Empleo. São os dois mecanismos pelos quais as empresas podem proceder a despedimentos colectivos em Espanha. A diferença entre os dois, como se depreende dos nomes, é que no segundo existe a expectativa de os trabalhadores serem reincorporados na empresa quando o período de crise é superado, já que, previsivelmente, tem um carácter temporário. (N.T)]

<sup>12</sup> À margem, obviamente, dos erros já existentes antes da Pandemia e que ficaram pendentes de liquidação ou reconversão.

o equipamento de capital que permaneceu intacto desde então (há uns poucos meses) e continua igualmente disponível.

Em relação a este primeiro efeito, a muito curto prazo, deve-se aclarar que o mesmo também teria tido lugar, se bem que de uma forma muito mais suave, menos traumática e, portanto, sem dar lugar a uma oscilação tão pronunciada do movimento pendular indicado no gráfico (2), se os confinamentos se tivessem feito de uma forma voluntária e selectiva e tivessem sido decididos ao nível “micro” pelas famílias, empresas, urbanizações, bairros, etc., no contexto de uma sociedade livre na qual não existam governos monopolistas (o autogoverno próprio do anarco-capitalismo), ou estes não sejam centralistas nem imponham medidas generalizadas e coercivas de confinamento indiscriminado.

2. Existem, no entanto, diversos sectores, fundamentalmente relacionados com a etapa de consumo final, cuja procura se vai ver drasticamente reduzida para lá do final do confinamento, durante o período de tempo que seja necessário para superar a Pandemia e recuperar a normalidade plena de movimento prévia ao surto, e que poderá chegar a ser de muitos meses.<sup>13</sup> Basicamente, sectores como os do turismo, transportes, hotelaria e espectáculos, que são relativamente muito importantes em determinadas economias como a espanhola, onde o turismo representa quase 15% do PIB,<sup>14</sup> requerem uma mudança mais profunda que o movimento meramente pendular descrito no ponto anterior, e que terá um impacto na estrutura produtiva durante um período de tempo mais prolongado (cerca de dois anos). Obviamente que, em igualdade de circunstâncias, se as economias domésticas consomem menos em transporte aéreo, hotéis, restaurantes ou teatros, ou vão consumir mais de outros bens e serviços alternativos ou substitutos; ou dedicar uma maior parte do rendimento ao investimento; ou incrementar os seus saldos de tesouraria. Deixando de parte o possível aumento na procura por dinheiro, que discutiremos mais adiante ao falar de incerteza, é obvio que a estrutura produtiva terá que se adaptar temporalmente às novas circunstâncias, tirando o melhor partido possível dos recursos que continuem activos nos sectores afectados (ao menos parcialmente) e, principalmente, dos que fiquem obrigatória e temporalmente

---

<sup>13</sup> Na chamada “Gripe Espanhola”, este período foi de um pouco mais de dois anos. Na Pandemia de COVID-19, apesar das vacinas, julgamos que esta segunda fase terá uma duração similar; quando muito, alguns meses mais curta.

<sup>14</sup> [Em Portugal, o peso da procura turística antes da Pandemia revela uma percentagem do PIB semelhante à espanhola – 14,6% em 2018 e 15,4% em 2019. Fonte INE (N.T.)]

ociosos, que terão que realocar-se às linhas de produção alternativas em que possam encontrar um emprego produtivo (temporário ou definitivo).

Assim, por exemplo, determinados restaurantes permanecerão abertos, contra ventos e marés, reconvertendo a sua oferta (por exemplo, fazendo comidas para entregar a domicílio), reduzido ao máximo os seus gastos (despedindo o pessoal ou reconvertendo-o, directa ou indirectamente, por exemplo, em estafetas de entregas, etc.) e ajustando as suas obrigações com fornecedores com a finalidade de reduzir ao mínimo os prejuízos e o consumo do capital. Desta forma, evitam ter que atirar borda fora os anos investidos em ganhar reputação e acumular um capital bastante valioso e dificilmente reconvertível, esperando encontrar-se numa posição mais vantajosa que os seus concorrentes quando as circunstâncias mudarem, com importantes vantagens competitivas para enfrentar a previsível e renovada recuperação do sector. Outros empresários vão optar, pelo contrário, por retirar-se “para hibernar”, fechando temporariamente os seus negócios, mas deixando as correspondentes infraestruturas e contratos de trabalho preparados para reabrir tão rapidamente como lhes seja possível, assim que as circunstâncias o permitam. Um terceiro grupo, geralmente constituído por aqueles projectos empresariais marginalmente menos rentáveis, inclusivamente nas circunstâncias pré-pandémicas, ver-se-ão obrigados a fechar definitivamente os seus negócios e a liquidar os respectivos projectos empresariais.

Todos estes movimentos e decisões empresariais podem e devem tomar-se com relativa celeridade e minorando os custos ao máximo, o que apenas será possível numa economia dinamicamente eficiente, que promova o livre exercício da função empresarial e não a obstaculize com regulações prejudiciais, em particular no mercado laboral, e impostos desincentivadores. Isto porque, obviamente, não serão nem o governo nem os seus funcionários, mas sim um batalhão de empresários que desejem seguir em frente, confiando, imperturbáveis, num futuro melhor e que mantenham com carácter a confiança de que mais tarde ou mais cedo este vai chegar, apesar de todas as adversidades, os que serão capazes de tomar as decisões mais adequadas em cada momento, nas suas circunstâncias particulares de tempo e lugar.

Em termos do nosso triângulo simplificado da estrutura produtiva, o mais que se pode representar (ver Gráfico 3), sob o pressuposto de que não se produz uma alteração significativa na taxa social de preferência temporal, é um vaivém horizontal da hipotenusa do triângulo correspondente, primeiro em direcção à esquerda, para registar o impacto agregado da menor procura nos sectores afectados (e seus respectivos fornecedores), e logo, de novo, em direcção à direita, à medida que a procura seja

substituída por outra alternativa durante o período de meses que demore a voltar a plena normalidade, e na medida em que se recupere novamente grande parte da procura monetária perdida pelos sectores mencionados.

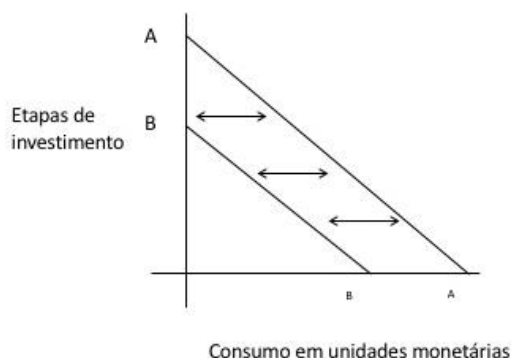


Gráfico 3

Obviamente que o gráfico (3) não permite captar as inumeráveis decisões empresariais e movimentos reais de investimento que implica a rápida e flexível oscilação horizontal representada pelas setas de sentido duplo. Mas permite visualizar o grave risco que supõe empreender políticas tendentes a tornar a estrutura produtiva mais rígida, mantendo em funcionamento as empresas “zombies” que deviam ser liquidadas o quanto antes, ao mesmo tempo que se dificulta, por via regulatória e impositiva, o efeito de retoma representado pela deslocação da hipotenusa do nosso triângulo para a direita. É que a intervenção fiscal e regulatória pode fixar indefinidamente a estrutura produtiva na posição BB, impedindo a sua retoma em direcção a AA.

Escusado será também dizer que todos estes processos de ajustamento rápido e de recuperação requerem um mercado de trabalho muito ágil e flexível em que se possa despedir e voltar a contratar com grande rapidez e mínimo custo. Há que recordar que, ao contrário do que aconteceu durante a Grande Recessão de 2008 (e em geral após todas as crises financeiras que se seguem a processos prolongados de expansão do crédito), no caso da Pandemia actual, não se parte de maus investimentos generalizados dos recursos produtivos (por exemplo, no sector da construção, como sucedeu em 2008), que podiam justificar um volume de desemprego estrutural importante a longo prazo. Neste caso, é possível realocar de forma sustentável, rápida e permanente a mão-de-obra e os factores de produção, para o qual é imprescindível

que os correspondentes mercados laborais e de factores de produção sejam o mais livres e ágeis possível.

3. Faltaria analisar a possibilidade de que se produzam e consolidem como definitivas determinadas mudanças de hábitos de consumo da população que requeiram modificações permanentes nas etapas da estrutura produtiva de investimento em bens de capital da sociedade. A este respeito, há que referir que, em qualquer economia de mercado não-intervencionada, a estrutura produtiva está sempre a adaptar-se, de forma gradual e não traumática, às mudanças nos gostos e necessidades dos consumidores. E ainda que seja possível reconhecer que a Pandemia pode provocar uma aceleração no descobrimento e adopção definitiva de determinados hábitos de conduta por parte da maioria dos consumidores (por exemplo, em relação à generalização do uso do comércio electrónico, a maior utilização de determinadas formas de pagamento, a generalização de videoconferências no mundo dos negócios e do ensino, etc.), na prática talvez se esteja a exagerar o seu impacto, sobretudo se se compararem estas mudanças supostamente radicais com as que ocorreram desde o início do séc. XXI, tanto em relação à expansão da globalização mundial do comércio e das trocas, como em relação à revolução tecnológica que a acompanhou e tornou possível. Ambas permitiram que centenas de milhões de seres humanos tenham abandonado a pobreza e que se tenham incorporado os fluxos de produção de milhares de milhões de pessoas (principalmente da Ásia e de África), que até agora permaneciam à margem dos circuitos produtivos e comerciais próprios de uma economia de mercado. Desencadearam-se assim as forças produtivas do capitalismo de uma forma que a humanidade não tinha conhecido antes; e, apesar do peso da intervenção e regulação estatal que continuamente dificulta e lastra as asas do progresso, a humanidade conseguiu o grande êxito social e económico de alcançar e manter um volume de população de 8 mil milhões de seres humanos, num nível de vida que até há não muitas décadas era impossível sequer conceber.<sup>15</sup> Com esta perspectiva, o impacto a longo prazo da actual Pandemia deve ser rigorosamente minimizado num contexto de mudanças muito maiores e mais profundas, às quais continuamente se adaptam, sem grandes dificuldades, as economias de mercado, devendo a nossa análise, portanto, voltar ao estudo dos efeitos a curto e a médio prazo da Pandemia actual, os quais, pela sua maior proximidade, se podem considerar hoje mais relevantes.

---

<sup>15</sup> Veja-se, entre muitos outros estudos, o de Hans Rosling, *Factfulness*, Sceptre, Londres, 2018.



### 1.3. Incerteza e procura por dinheiro

Vamos terminar a primeira parte do nosso trabalho referindo-nos ao impacto da incerteza gerada pela Pandemia – principalmente porque, como veremos na última parte deste trabalho, a mesma serviu de justificação para promover, ainda mais, políticas de intervenção fiscal e, sobretudo, monetária ultra-permissivas e sem precedentes na história, que supõem uma grande ameaça e que, muito possivelmente, não deixarão de ter graves consequências quando se supere a actual Pandemia.

Em princípio, o impacto de uma pandemia na incerteza e, conseqüentemente, na oferta de dinheiro pode oscilar entre dois extremos antagónicos. Por um lado, encontra-se o caso de uma pandemia tão grave que, como já vimos que ocorreu com a peste bubónica na Florença do séc. XIV e que tão bem descreve Boccaccio no *Decamerão*, mais do que incerteza, produziu numa parte muito importante da população a certeza de que tinha os seus dias contados e que, portanto, a sua esperança de vida se tinha reduzido drasticamente. Nessas circunstâncias é compreensível que a procura por dinheiro colapse e que este perca grande parte do seu poder aquisitivo, num contexto em que ninguém se quer nem desprender de bens nem prestar serviços cuja produção em grande parte se desmoronou, mas que a maioria deseja consumir o quanto antes.

Para os efeitos que nos importam, maior interesse analítico tem o caso das pandemias muito menos graves, como a actual, nas que, ainda que não esteja em perigo a sobrevivência da maior parte da população, se produz uma escalada da incerteza, principalmente durante os primeiros meses, a respeito da extensão, evolução e rapidez dos contágios e dos seus efeitos económicos e sociais. Dado que os saldos de tesouraria são o meio por excelência para fazer frente à incerteza inerradicável<sup>16</sup> do futuro, pois permitem que os agentes económicos e as economias domésticas

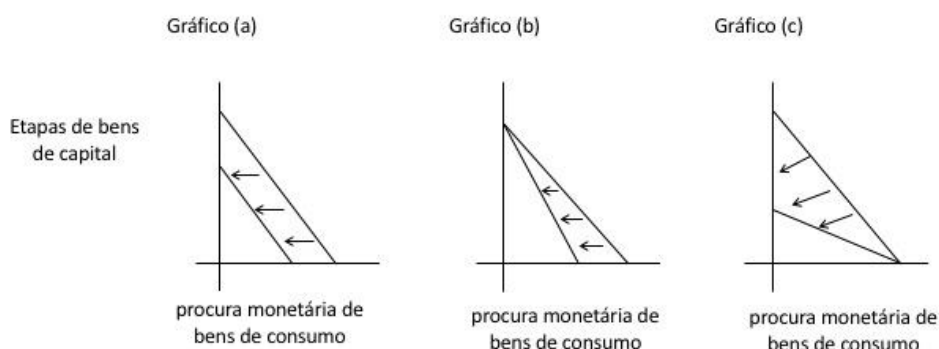
---

<sup>16</sup> [A expressão “incertidumbre inerradicable” é um conceito central, desenvolvido por Huerta de Soto, na caracterização do universo que os seres humanos enfrentam, ao exercerem a função empresarial, nas suas decisões e acções concretas. Os comportamentos, próprios e alheios, que dão azo às instituições (a língua, o dinheiro, a propriedade, etc.) servem para reduzir a incerteza que rodeia essa actuação, mas não a podem nunca erradicar na sua totalidade. Utilizámos a palavra “inerradicável”, que não existe no dicionário da língua portuguesa, porque o original “inerradicable” também não existe no espanhol. Conhecendo o cuidado que o professor Huerta de Soto coloca nas palavras, o uso de “inerradicable” não é um lapso. Pelo contrário, procura vincar profundamente a ideia, sempre presente na obra do autor, de que o futuro não é um “porvir” mas um “porfazer”, que depende, essencialmente, da criatividade humana. Veja-se Jesús Huerta de Soto, *Socialismo, cálculo económico y función empresarial*, Unión Editorial, Madrid, 4.ª ed. 2010, págs. 46-47. (N.T.)]

mantenham todas as opções em aberto, podendo assim adaptar-se, com grande rapidez e facilidade, a qualquer circunstância futura uma vez que esta se concretize, pode perceber-se que o normal aumento da incerteza derivado da Pandemia actual tenha sido acompanhado de um concomitante incremento da procura por dinheiro e, portanto, em igualdade de circunstâncias, do seu poder aquisitivo. Este efeito pode ser visualizado (Gráfico 4) com os nossos esquemas triangulares de estruturas produtivas em termos de procura monetária, como um movimento uniforme para a esquerda da correspondente hipotenusa, caso a preferência temporal não se modifique (Gráfico “a”); com movimento para a esquerda com maior investimento relativo (se os saldos de tesouraria se acumulam, diminuindo o consumo) (Gráfico “b”); ou com maior consumo relativo (se o novo dinheiro se acumula por meio da venda de bens de capital e activos financeiros, mas não reduzindo o consumo) (Gráfico “c”):

Gráfico 4

Três possíveis efeitos sobre a estrutura produtiva produzidos pelo aumento da procura de dinheiro derivada da Pandemia:



Ainda que qualquer destes resultados seja teoricamente possível, o mais provável é que, nas actuais circunstâncias, se tenha produzido uma combinação dos mesmos, especialmente das situações descritas em (a) e (b). Podemos pensar que estes se sobrepujaram aos gráficos que já analisámos e difundimos nos parágrafos anteriores, nos quais, para facilitar a sua compreensão e análise separadas, não tivemos em conta os efeitos derivados do possível aumento da procura por dinheiro que agora incorporámos na nossa análise. Existem, no entanto, três considerações de importância a fazer sobre o aumento da incerteza e da procura por dinheiro em resultado da Pandemia.

Em primeiro lugar, o aumento da incerteza (e o concomitante incremento da procura monetária) é temporário e de duração relativamente reduzida, pois tenderá a reverter-se assim que surjam as expectativas de melhora, quando se começar a vislumbrar “o fim do túnel”. Portanto, e sem necessidade de esperar que se complete o período de superação da Pandemia (à volta de dois anos), vai-se produzir paulatinamente o retorno aos níveis “normais” de incerteza e, com estes, os movimentos descritos nos gráficos “a”, “b” e “c” darão a volta em sentido contrário, fazendo com que a estrutura produtiva em termos monetários volte à situação prévia.

Em segundo lugar, na medida em que os novos saldos monetários se acumulem por via da diminuição da procura de bens de consumo (gráficos “a” e “b”) – que, em qualquer caso, é seguro que aconteça em relação aos sectores mais afectados pelas restrições de mobilidade (turismo, hotelaria, etc.) – esta menor procura monetária de bens de consumo tenderá a deixar um volume significativo dos mesmos sem vender, o que permitirá fazer frente, tanto à desaceleração da sua produção, derivada dos inevitáveis engarrafamentos na produção (e do confinamento em maior ou menor medida dos seus produtores), como à procura derivada de todos aqueles que, total ou parcialmente, deixaram de trabalhar durante os primeiros meses de impacto da pandemia. Portanto, o aumento da procura por dinheiro cumpre uma importante função de acomodamento perante o choque na oferta provocado pelo confinamento obrigatório na produção de bens de consumo, evitando-se assim que os preços relativos disparem, com grande prejuízo para amplas camadas da população.

Em terceiro, e último, lugar, deve notar-se que a incerteza se pode incrementar ainda mais – e, inclusivamente, estender-se para lá do estritamente necessário (e do que a Pandemia, por si só, teria gerado) – como resultado do intervencionismo monetário, fiscal e impositivo por parte de governos e bancos centrais. Sem dúvida alguma, estes podem gerar um clima adicional de desconfiança empresarial que obstaculize a rápida recuperação do mercado e corte as asas do processo empresarial na fase de regresso à normalidade, como veremos mais ao pormenor na terceira parte. Podia assim reproduzir-se o processo perverso de *feedback* ou retroalimentação que expus ao pormenor no meu artigo sobre a “japonização” da União Europeia,<sup>17</sup> no qual a injeção maciça de oferta monetária e redução a zero das taxas de juro por parte dos

---

<sup>17</sup> Jesús Huerta de Soto, “La Japonización de la Unión Europea”, *Procesos de Mercado*, Vol. XVI, n.º 2, Outono 2019, págs. 317-342. [Pode ser consultado em: <https://www.jesushuertadesoto.com/la-japonizacion-de-la-union-europea/> (N.T.)]

bancos centrais não produz efeitos apreciáveis sobre a economia, frustrando-se a si mesma ao ficar esterilizada pelo incremento simultâneo da procura monetária que deriva do custo de oportunidade nulo de manter uma situação de liquidez e, principalmente, do incremento adicional da incerteza que geram as próprias políticas de maior regulação económica, bloqueio das reformas estruturais em curso, subida de impostos, intervencionismo e descontrolo fiscal e monetário.

## 2. Pandemias: burocracia e coerção governamental sistemática versus coordenação social espontânea

### 2.1. O Teorema da Impossibilidade do Socialismo e a sua aplicação à crise actual

A reacção dos diferentes governos e autoridades públicas do mundo (em especial do nosso próprio país, Espanha) perante o surgimento e a evolução da Pandemia de COVID-19, as medidas de intervenção que tomaram de forma sucessiva e o seguimento dos efeitos das mesmas, constituem uma oportunidade única para qualquer economista teórico que deseje constatar, comprovar e aplicar a um caso histórico que nos é muito próximo e relevante o conteúdo essencial e as principais implicações do “Teorema da Impossibilidade do Socialismo”, articulado por primeira vez por Ludwig von Mises, faz agora 100 anos.<sup>18</sup> É certo que o desmoronamento da extinta União Soviética e do socialismo real, assim como a crise do “Estado-Providência”, já ilustravam suficientemente o triunfo da análise dos economistas da Escola Austríaca no histórico debate sobre a impossibilidade do socialismo. Porém, a trágica irrupção da Pandemia de COVID-19 ofereceu-nos um exemplo real adicional – neste caso, muito mais próximo e concreto – que de forma excelente ilustra e confirma aquilo que a teoria já afirmava, a saber: que é teoricamente impossível que um planificador central consiga dar um conteúdo coordenador aos seus mandatos, independentemente do quão necessários estes pareçam, quão nobre seja o objectivo que se persegue ou a boa-fé e o esforço que se coloquem na consecução dos mesmos.<sup>19</sup>

---

<sup>18</sup> Ludwig von Mises, “Die Wirtschaftsrechnung im sozialistischen Gemeinwesen”, *Archiv für Sozialwissenschaft und Sozialpolitik*, n.º 47, 1920, págs. 86-121 [Uma tradução inglesa pode ser consultada em: <https://mises.org/library/economic-calculation-socialist-commonwealth>. (N.T.)]

<sup>19</sup> Outra ilustração histórica concreta, neste caso ocorrida do outro lado da Cortina de Ferro, durante os últimos anos de comunismo soviético, foi a explosão da central atómica de Chernobil, a 26 de Abril de 1986,

Dado o impacto mundial da actual Pandemia, que afectou todos os países independentemente da sua tradição, cultura, nível económico e sistema político, evidencia-se a plena aplicabilidade do teorema descoberto por Mises a respeito de todas as medidas coercivas de intervenção estatal, pelo que o mesmo se generaliza como “Teorema da Impossibilidade do Estatismo”. É certo que existem diferenças notáveis no que diz respeito às medidas de intervenção levadas a cabo por distintos governos. No entanto, mesmo quando a gestão de uns ou outros governos possa ter sido melhor ou pior, na realidade as diferenças foram mais de grau que de classe, pois os governos não podem dissociar-se da essência coerciva que transportam no seu ADN, e que é a sua característica mais íntima. Quando a exercem, e precisamente na medida em que a exerçam, surgem e reproduzem-se iniludivelmente todos os efeitos negativos previstos pela teoria. Não se trata, portanto, de que uns governantes sejam mais ineptos que outros (algo que são, sem dúvida, no caso de Espanha)<sup>20</sup>, mas de que todos eles estão condenados ao fracasso quando se empenham em coordenar a sociedade utilizando o seu poder e mandatos coercivos. Esta é, talvez, a mensagem mais importante que a teoria económica deve transmitir à população: que os problemas surgem inevitavelmente do exercício do poder coercivo dos Estados, independentemente de o político de serviço poder fazer um melhor ou pior trabalho.

Ainda que este artigo trate do carácter geral da análise económica das pandemias, vamo-nos centrar, quase exclusivamente, nas implicações da Pandemia actual face ao “Teorema da Impossibilidade do Estatismo-Socialismo”. Fazêmo-lo não só pela proximidade cronológica e pessoal dos factos para qualquer leitor actual, mas também porque os modelos de intervenção levados a cabo noutras pandemias se encontram muito afastados na história, e ainda que também se possam identificar muitos dos fenómenos similares aos de que recentemente somos testemunhas (por exemplo, a manipulação informativa dos Estados Aliados durante a pandemia de gripe de 1918, erroneamente chamada “espanhola” precisamente por este motivo), sem dúvida que o seu valor acrescentado como ilustração da análise teórica é, hoje em dia, mais reduzido.

---

que deu azo a rios de tinta em comentários e análises, cujo contexto e principais vicissitudes estão admiravelmente expostos na série *Chernobyl*, produzida e distribuída em cinco capítulos pela HBO-SKY, em 2019.

<sup>20</sup> Por exemplo, Mikel Buesa, *Abuso de poder: el coronavirus em España. Incompetencia y fracaso en la gestión de la crisis*, Marcial Pons, Madrid 2020.

Como se explica ao pormenor no meu livro *Socialismo, cálculo económico y función empresarial*, em particular no seu capítulo III que deve considerar-se aqui como reproduzido,<sup>21</sup> a ciência económica demonstrou que é teoricamente impossível que o Estado possa funcionar de uma maneira dinamicamente eficiente, já que se encontra sempre numa situação de ignorância inerradicável que lhe impossibilita dar um conteúdo coordenador aos seus mandatos. Isto deve-se principalmente a quatro motivos, que enumeramos em seguida, do menos para o mais importante:

Em primeiro lugar, devido ao imenso volume de informação e conhecimentos necessários, não só de tipo técnico ou científico, mas principalmente quanto à infinidade de circunstâncias pessoais e particulares de tempo e de lugar (conhecimento “prático”); em segundo lugar, devido ao carácter essencialmente subjectivo, tácito, prático e não-articulável de dita informação ou conhecimento, o qual determina o seu carácter intransferível ao órgão estatal de decisão e planificação central; em terceiro lugar, porque este conhecimento ou informação não está dado nem é estático – pelo contrário, está em mudança contínua, como consequência da capacidade criativa inata do ser humano e da contínua mutação das circunstâncias que o rodeiam, que produz um efeito duplo sobre as autoridades: chegam sempre tarde, pois quando digerem a informação escassa e enviesada, esta já se encontra obsoleta; e não podem acertar nos seus mandatos face ao futuro, pois isto depende de informação prática que ainda não apareceu, pois ainda não foi criada. E, como vimos, em quarto e último lugar, não esqueçamos que o Estado é coerção (esta é a sua característica mais íntima) e, portanto, ao impor os seus mandatos, pela força, em qualquer âmbito social, obstaculiza-se, ou inclusivamente bloqueia-se, precisamente a criação e o aparecimento do conhecimento ou informação de que o Estado precisa “como pão para a boca” para poder dar um conteúdo coordenador aos seus mandatos. Percebe-se assim o grande paradoxo do intervencionismo estatista<sup>22</sup>, que, invariavelmente, tende a produzir resultados opostos aos que se propõe alcançar. Deste modo, com carácter

---

<sup>21</sup> Jesús Huerta de Soto, *Socialismo, cálculo económico y función empresarial*, 6.ª ed., Madrid 2020, em particular págs. 87-155.

<sup>22</sup> “O irresolúvel paradoxo do estatismo é que, quanto mais se empenha o órgão director em planificar ou controlar um determinado âmbito da vida social, menos possibilidades terá de conseguir os seus objectivos, ao não conseguir obter a informação necessária para organizar de forma coordenada a sociedade, criando, além do mais, novos e mais gravosos desajustes e distorções, precisamente na medida em que a sua coerção seja exercida de forma mais efectiva e mais se limite com isso a livre capacidade empresarial dos seres humanos.” Ibid. pág. 103.

típico e generalizado, surgem por toda a parte os desajustes e as descoordenações, a actuação sistematicamente irresponsável por parte da autoridade (que nem sequer se dá conta do cega que está em relação à informação que não possui, nem ao verdadeiro custo em que incorre com a suas decisões), a geração contínua de escassez, a falta de abastecimento e má qualidade dos recursos que trata de mobilizar e controlar, a manipulação informativa para se reforçar politicamente e a corrupção dos princípios essenciais do Estado de Direito. O aparecimento de todos estes fenómenos pôde ser constatado de forma sucessiva, concatenada e inevitável desde o surgimento da Pandemia e desde que o Estado se mobilizou para lutar contra ela. Estes, repetimos, não resultam de más práticas dos gestores públicos, sendo antes inerentes ao sistema que se baseia no uso da coerção para planificar e tratar de solucionar os problemas sociais.

Como exemplo, recomendamos ao leitor que leia cuidadosamente o trabalho de investigação elaborado por José Manuel Romero e Oriol Güell intitulado “El libro blanco de la Pandemia”<sup>23</sup> à luz da análise teórica que aqui apresentamos sobre a impossibilidade do estatismo. Ali estão ilustradas, passo a passo, praticamente todas as carências e insuficiências do estatismo, ainda que os autores, jornalistas profissionais, pensem ingenuamente que a sua descrição dos factos vai servir para que os mesmos erros não se cometam no futuro, sem que cheguem a perceber que estes tiveram origem, mais do que em erros políticos ou de gestão, na própria lógica do sistema de regulação, planificação e coerção estatal, que gera sempre, de uma ou de outra forma, os mesmos efeitos de descoordenação, ineficiência e injustiça. Assim, e como amostra de entre numerosos exemplos, podemos referir a cronologia dos factos perfeitamente descrita pelos autores, e as semanas valiosas que se perderam, quando, já desde o dia 13 de Fevereiro de 2020, os médicos do hospital público de Valência, Arnau de Villanova, lutaram sem êxito por obter autorização das autoridades sanitárias da Comunidade Valenciana (e do Estado) para que se fizessem testes de coronavírus às amostras que tinham extraído de um paciente de 69 anos que tinha falecido com sintomas que suspeitavam poder ser de COVID-19. Chocaram contra a dura realidade: os correspondentes órgãos de planeamento central sanitário (Ministério da Saúde em Madrid e Concelhia de Saúde da Comunidade Autónoma) recusaram reiteradamente a autorização, por o paciente suspeito (que muitas semanas depois se demonstrou ter falecido por COVID-19) não reunir as condições que previamente (dia 24 de Janeiro)

---

<sup>23</sup> Publicado por partes pelo diário *El País* entre 14 e 28 de Junho de 2020.



tenham sido fixadas pela autoridade, a saber: ter viajado a Wuhan nos 14 dias anteriores ao início dos sintomas ou ter estado em contacto com pessoas diagnosticadas com a doença. Obviamente, num sistema descentralizado de liberdade empresarial e que não restringisse a iniciativa e a criatividade dos agentes implicados, esse erro garrafal não se teria produzido e, com isso, ter-se-iam ganho algumas semanas chave de conhecimento de que o vírus já circulava livremente por Espanha e de medidas de prevenção e luta contra a Pandemia (por exemplo, podiam-se ter cancelado, entre outras, as manifestações feministas do dia 8 de Março).

Também é muito notável o excelente livro de Mikel Buesa, que citámos antes,<sup>24</sup> na exposição (especialmente nas pág. 108 e seguintes) da litania de erros, descoordenações, corrupção, manipulação da informação, supressão de direitos e mentiras que de maneira ineludível e natural surgiram da actividade dos diferentes níveis do Estado na hora de enfrentarem a Pandemia. Por exemplo, “as ordens de apreensão do material sanitário foram, como é lógico, interpretadas pelos fabricantes e distribuidores espanhóis como um ataque à sua economia empresarial, dando lugar a uma paralisação da produção e das importações” (pág. 109), justamente no momento em que o mais importante era proteger do contágio os médicos e o pessoal sanitário, que desempenhavam o seu trabalho todos os dias sem os necessários meios de protecção. Ou a forma como as requisições nas alfândegas, por ordem do Estado, provocaram a perda de milhões de máscaras, quando os fornecedores destas preferiram enviá-las a outros clientes por medo que o governo lhes apreendesse a mercadoria (ibidem). Ou o caso, entre muitos outros, do fabricante galego que tinha paralisado num armazém o seu material, por ordem do Estado, sem que ninguém o reclamasse (págs. 110-111). Ou o caso das empresas espanholas especializadas no fabrico de testes de PCR cujas existências e produção foram intervencionadas pelo Estado, pelo que não puderam fabricar mais de 60,000 testes diariamente nem atender a procura nacional e estrangeira (pág. 119); tudo isto agravado pelo engarrafamento na produção, derivado da inexistência de zaragatoas para extrair as amostras, que se podia ter solucionado de imediato se se tivesse deixado a liberdade aos produtores espanhóis

---

<sup>24</sup> Mikel Buesa, *Abuso de poder: el coronavirus en España. Incompetencia y fracaso en la gestión de la crisis*, ob. cit. No entanto, o professor Buesa enfatiza mais a incompetência que o próprio sistema como a causa dos erros e, na parte final do seu por outro lado excelente trabalho, praticamente cinge as suas propostas de resolução dos problemas a mais políticas activas de tipo estatal (excepção feita ao mercado de trabalho) como forma de fazer as coisas melhor do que se fizeram e, assim, sair da crise (!). Além disso, há que ter em consideração a errónea interpretação keynesiana que faz crise na pág. 203.

(pág. 114). Ou a falta de abastecimento generalizado que reinou no mercado de máscaras, géis, desinfetantes e luvas de nitrilo, como resultado da regulação estatal e da fixação de preços máximos, tudo isto durante os meses de maior propagação do vírus (pág. 116).<sup>25</sup> Ou como, de 971 milhões de unidades de diferentes produtos (máscaras, luvas, batas, dispositivos de ventilação e de diagnóstico, etc., etc.), que se tinham adquirido desde o mês de Março ao mês de Setembro de 2020, só se haviam conseguido distribuir 226 milhões, permanecendo o resto armazenado, “a ganhar pó” em várias naves industriais (pág. 118). E assim sucessivamente, num rosário sem fim, que mais se parece à descrição das ineficiências sistemáticas de produção e distribuição da extinta União Soviética durante o século passado e que levaram ao desmoronamento definitivo do regime comunista a partir de 1989.<sup>26</sup> Repetimos, tudo isto se deveu, não à falta de trabalho, de gestão e inclusivamente de boa-fé dos nossos governantes, mas sim à falta dos mais elementares conhecimentos de economia (e isto apesar de se contar com professores de Filosofia e, inclusive, de “doutores” da nossa disciplina na chefia do governo).<sup>27</sup> Não se deve por isso estranhar que, num momento de máxima urgência e gravidade, apostassem, como sempre fazem os governantes, na coerção, na regulação, na confiscação, etc., porque essa é, precisamente, a sua função

---

<sup>25</sup> Como é do conhecimento geral, os preços máximos geram desprovisionamento, escassez e mercado negro. Em caso de necessidade urgente de um produto (por exemplo, as máscaras) a única política sensata é liberalizar os preços para que subam o que for preciso, e assim incitar a sua produção em massa até que o aumento da procura seja satisfeito e o problema se resolva, sendo a experiência manifesta a que os preços rapidamente voltam ao seu nível prévio (ou pelo menos muito antes de que se consiga o necessário incremento da produção por via pública, a que, ao contrário do que sucede no mercado livre, sempre chega tarde, a “conta-gotas” e com uma qualidade muito baixa). Portanto, o argumento de que os preços altos não são equitativos carece de sentido pois a alternativa é muito pior: falta de abastecimento muito mais prolongada, mercado negro e produtos de baixa qualidade; se se quer assegurar que os mais desfavorecidos possam adquirir máscaras a baixo preço e quanto antes é necessário permitir que o preço suba inicialmente no montante que o mercado estime.

<sup>26</sup> No momento em que escrevemos estas linhas, repetem-se todos estes problemas no processo lento e descoordenado relativo à distribuição e vacinação do COVID-19 a toda a população (também ele monopolizado pelas autoridades públicas, com total exclusão da iniciativa privada). Hans-Werner Sinn, “La debacle vacunatoria em Europa”, *Expansión*, 1 de Fevereiro de 2021, pág. 38.

<sup>27</sup> [O autor refere-se, indirecta e respectivamente, a Salvador Illa, Ministro da Saúde e licenciado em Filosofia e a Pedro Sánchez, Presidente do Governo, doutorado em Economia por um júri de amigos, com uma tese alegadamente plagiada de relatórios do Ministério de Indústria sobre a diplomacia económica espanhola. Conferir, por exemplo: <https://www.libertaddigital.com/espana/2018-09-12/que-se-sabe-realmente-de-la-tesis-de-pedro-sanchez-1276624796/> (N.T.)]

ou papel no entramado estatal, em vez de na liberdade empresarial, de produção e distribuição, e em apoiar, em vez de obstaculizar, a iniciativa privada e o livre exercício da função empresarial.

## 2.2. Outros efeitos colaterais do estatismo previstos pela teoria

Para lá dos efeitos básicos de desajuste, descoordenação, irresponsabilidade e ausência de cálculo económico, o estatismo gera toda uma série de efeitos negativos adicionais que também se poderão estudar na parte final do meu livro sobre o Socialismo.<sup>28</sup> Deste modo, outra característica típica do estatismo e das autoridades que o encarnam é a tentativa de aproveitarem a crise, neste caso a criada pela Pandemia, não só para se manterem mas, principalmente, para incrementarem o seu poder, usando a propaganda política para manipular e, inclusive, enganar sistematicamente os cidadãos com esse fim.<sup>29</sup> Por exemplo, e logo desde o surgimento da Pandemia, as autoridades chinesas trataram de ocultar o problema, perseguindo e fustigando os médicos que o haviam denunciado, para depois empreenderem uma descarada campanha de redução do número de falecidos, ocultação e falta de transparência, que durou, pelo menos, até hoje, pois neste momento (Janeiro de 2021), quer dizer, mais de um ano após o aparecimento da Pandemia, o governo chinês ainda não permitiu o acesso ao seu país de uma comissão internacional organizada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) para investigar de forma independente a origem da Pandemia.<sup>30</sup>

No caso do Estado espanhol, estão documentadas nos trabalhos antes citados várias mentiras deliberada e sistematicamente lançadas, sob a forma de propaganda

---

<sup>28</sup> Jesús Huerta de Soto, *Socialismo, cálculo económico y función empresarial*, ob. cit., págs. 110-135.

<sup>29</sup> “O sistema socialista vai tender a abusar da *propaganda* de tipo político, por meio da qual tentará apresentar uma versão idílica dos efeitos dos mandatos do órgão dirigente sobre o corpo social, ressaltando em particular as consequências sociais negativas de não intervir. O engano sistemático da população, a distorção dos factos (...) para convencer o público de que é preciso que o poder se mantenha e se reforce, etc., são características típicas do efeito perverso e corruptor que o socialismo tem sempre sobre os seus próprios órgãos ou centros de poder.” Jesús Huerta de Soto, *Socialismo, cálculo económico y función empresarial*, ob. cit., pág. 122. De novo, a actuação dos governos está bem retratada na inquietante pergunta com se que finaliza a serie *Chernobyl* antes referida: “Qual foi o verdadeiro custo das mentiras?”

<sup>30</sup> [Depois de meses de pressões diplomáticas (os Estados Unidos exigiam publicamente uma inspecção desde Abril de 2020), a China finalmente acedeu a deixar entrar uma equipa de 13 inspectores da OMS no dia 14 de Janeiro de 2021, sujeitando-os contudo a 14 dias de quarentena. (N.T.)]

política, para manipular e enganar os cidadãos, de forma a que estes não pudessem apreciar o verdadeiro custo da gestão governamental. Entre elas, pela sua importância, destacamos as seguintes: primeiro, o número real de falecidos (de acordo com Mikel Buesa, só se reportaram 56,4% de um total, até à data, próximo dos 90 000 – pág. 76); segundo, o total de contágios reais (dependendo do momento da Pandemia, entre cinco e dez vezes mais que o número de casos reportados); e terceiro, os dados falsos, inflacionados em 50%, facultados deliberadamente ao *Financial Times* a final de Março de 2020, sobre o número de testes PCR realizados (335 000 em vez dos efectivos 235 000), que depois foi usado publicamente pelo governo para se jactar de ser um dos países com mais testes realizados (por exemplo, pág. 113 do livro de Buesa).

Há que ter em conta que os estados em geral, e os seus governos em particular, concentram-se sempre em alcançar os seus objectivos de uma maneira *extensiva e voluntarista*<sup>31</sup>, ao pretenderem que, por mera vontade coerciva, plasmada em mandatos e regulamentos, se alcancem os fins propostos. Extensiva, no sentido em que o cumprimento dos objectivos almejados só se valoriza com base nos parâmetros mais facilmente mensuráveis – neste caso, o número de falecidos, que, curiosamente, como vimos antes, foi reduzido nas estatísticas oficiais praticamente a metade. Outra típica consequência colateral do socialismo é a substituição da lei e da justiça.<sup>32</sup> Buesa documenta ao pormenor o abuso de poder e a utilização distorcida e anticonstitucional do Estado de Alarme, quando o que era procedente era a declaração de um verdadeiro Estado de Excepção, com todas as garantias de controlo previstas na Constituição, desprezando, deste modo, tanto o conteúdo essencial da mesma, como o denominado “Estado de Direito” (Buesa, págs. 96-108 e 122).

Menção à parte merece a dependência e a cumplicidade, para com o Estado, do coro de cientistas, “especialistas” e intelectuais, dependentes do poder político, que se dedica a dar uma espécie de sustentáculo científico a todas as decisões emanadas do mesmo, utilizando-se desta forma a aureola da ciência para deixar desarmada e indefesa a sociedade civil. A “engenharia social” ou socialismo cientista é uma das manifestações mais típicas e perversas do estatismo, pois pretende, por um lado, justificar que os especialistas, através do seu supostamente maior nível de formação e conhecimentos, estão legitimados para dirigir as nossas vidas, e, por outro, bloquear qualquer queixa ou oposição, escudando-se na suposta base científica das suas

---

<sup>31</sup> Ibid. pág. 117.

<sup>32</sup> Ibid. págs. 126-133.

decisões. Em suma, os governos fazem-nos crer que, por virtude do aparentemente maior conhecimento e superioridade intelectual dos seus assessores científicos, em comparação com os cidadãos comuns, estão legitimados para moldar a sociedade segundo os seus caprichos, através de mandatos coercivos. Referi-me noutra ocasião<sup>33</sup> à litania de erros em que cai esta “embriaguez de poder”, alimentada pela arrogância fatal dos especialistas e técnicos<sup>34</sup>, que tem origem no erro fundamental de pensar que a informação prática e dispersa que constantemente criam e transmitem os indivíduos no processo social pode chegar a ser conhecida, articulada, armazenada e analisada de maneira centralizada através de meios científicos, algo que é impossível, tanto na teoria como na prática.<sup>35</sup>

### 2.3. Pandemias: sociedade livre e economia de mercado

Não se pode saber, à priori, como é que uma sociedade livre, que não esteja manietada pela coerção sistemática do intervencionismo estatal, enfrentaria uma

---

<sup>33</sup> Ibid. págs. 142-146.

<sup>34</sup> [O termo “arrogância fatal” é, obviamente, uma referência clara ao último livro de Friedrich Hayek, *The Fatal Conceit: The Errors of Socialism*, Routledge, Londres, 1988, onde este, com a ajuda do filósofo W.W. Bartley III, que editou este livro com bastante independência, tenta resumir a ideia de que uma sociedade, ou ordem alargada, é o resultado de comportamentos institucionais, vulgo tradições, demasiado complexas, para ser racionalmente capturadas por um, ou um conjunto de indivíduos, que conseguissem substituí-las por instituições mais perfeitas (daí o título, a arrogância fatal). Esta ideia de que os indivíduos, na tentativa racional de resolverem os seus fins particulares, tropeçam em soluções não intencionadas para resolver os problemas mais amplos da sociedade, em particular para reduzir a incerteza inerradicável, é uma ideia sempre presente nos escritos do professor Huerta de Soto, que é, neste capítulo, claramente influenciado pelo autor austríaco. (N.T.)]

<sup>35</sup> Os contínuos desajustes que o intervencionismo gera costumam ser atribuídos por especialistas e governantes à “falta de colaboração” dos cidadãos e utilizam-se como uma justificação adicional para novas doses de coerção institucional, num processo de crescimento totalitário do poder, que, perante o crescimento da descoordenação, costuma vir acompanhado de contínuas “guinadas ou mudanças súbitas de política, seja alterando significativamente o conteúdo dos mandatos, a área em que se aplicam, ou ambos, tudo na vã esperança de que a ‘experimentação’ assistemática de novos tipos e graus de intervencionismo permita solucionar os problemas irresolúveis que se criaram.” Talvez o vexante episódio das máscaras, primeiro desaconselhadas pelos especialistas, para dois meses depois serem consideradas imprescindíveis e declaradas de uso obrigatório inclusivamente ao ar livre (!) seja uma ilustração perfeita deste ponto. Veja-se, Jesús Huerta de Soto, *Socialismo, cálculo económico y función empresarial*, ob. cit., págs. 112-113. Veja-se igualmente, “Macron e la vacunación”, *El País*, 10 de janeiro de 2021, pág. 10. Já para não mencionar a trágica realidade da discriminação a que os lares de idosos foram submetidos pelas

pandemia com a gravidade da actual, que, sem dúvida, não deixaria de ter também um profundo impacto sobre a sociedade em termos económicos e sanitários. Mas também é evidente que a reacção da sociedade estaria baseada na criatividade empresarial e, nos momentos de detectar e superar os problemas que se vão apresentando, em soluções dinamicamente eficientes. É precisamente este ímpeto da criatividade empresarial o que nos impede de conhecer em detalhe as soluções que se encontrariam, pois a informação empresarial para tal ainda não foi criada, dado que a coerção monopolista estatal o impede, e não pode ser conhecida hoje, ainda que, ao mesmo tempo, o facto de a criatividade empresarial resolver problemas de forma ágil e eficiente nos dê segurança neste método.<sup>36</sup> Isto é, e tal como temos vindo a analisar, exactamente o contrário do que sucede com o Estado e com a acção combinada dos seus políticos e burocratas, independentemente da boa-fé e do trabalho que empreguem nos seus esforços. No entanto, ainda que não possamos sequer imaginar a enorme variedade, riqueza e engenho que se mobilizariam para fazer frente aos problemas derivados de uma pandemia numa sociedade livre, dispomos de múltiplos indícios que nos permitem ter uma ideia aproximada do cenário completamente distinto que surgiria num meio não coagido pelo Estado.<sup>37</sup>

Assim, por exemplo, em comparação com confinamentos absolutos e omnirepressivos – e a concomitante paragem económica – (que tiveram origem, não nos esqueçamos, nada mais e nada menos que na China comunista), numa sociedade livre seriam preponderantes medidas muito mais descentralizadas, de tipo desagregado e “micro”, como os confinamentos selectivos, ao nível de urbanizações (privadas), bairros, comunidades, empresas, residências, etc. Frente à censura durante as semanas chave do início da Pandemia (e a perseguição daqueles que a descortinaram),

---

autoridades públicas ou o facto de que, nos momentos mais críticos da Pandemia, em muitas ocasiões tivesse sido um funcionário (médico de um hospital público) quem decidiu que pacientes críticos de COVID-19 mereciam ou não viver.

<sup>36</sup> Israel Kirzner, *Discovery and the Capitalist Process*, The University of Chicago Press, Chicago e Londres, 1985, pág. 168.

<sup>37</sup> Por exemplo, a utilização por parte da empresa privada INDITEX (“Zara”) dos seus centros de logística e transporte afectos à China permitiu trazer para Espanha, em tempo recorde, mais de 35 milhões de unidades de protecção sanitária (para além de 1200 ventiladores) que, utilizando os canais públicos habituais, teriam chegado muito mais tarde e em piores condições. Ou o caso do restaurante “Coque”, com duas estrelas da Guia Michelin, que elaborou e distribuiu em Madrid milhares de refeições para os necessitados e afectados pela Pandemia, etc. etc.



a informação circularia de forma livre, eficiente, e a enorme velocidade. Frente à lentidão e incompetência na hora de controlar os possíveis contagiados através da realização de testes, os empresários e proprietários de hospitais, residências, aeroportos, estações, meios de transporte, etc., introduziriam, por seu próprio interesse e dos seus clientes, esses testes de imediato e com grande agilidade. Salvo em momentos muito pontuais, numa sociedade e mercados livres não surgiriam problemas graves de falta de abastecimento nem engarrafamentos na produção. Não se desaconselharia o uso de máscaras, nem depois se impor a seu uso de forma disparatada em todas as circunstâncias. O engenho empresarial focar-se-ia em testar, descobrir e inovar soluções, de maneira policêntrica e concorrencial, e não como agora, onde a planificação central e monopolista do Estado bloqueia e adormece a maior parte do potencial criativo da humanidade.<sup>38</sup> Isto para não falar da enorme vantagem comparativa que tem a iniciativa individual e a empresa privada para investigar e descobrir novos remédios e vacinas, pois, mesmo nas circunstâncias actuais, os estados viram-se obrigados a recorrer a elas para os obter rapidamente, perante o clamoroso fracasso dos seus retumbantes e bem financiados institutos públicos, quando chegou o momento de oferecer a tempo soluções efectivas.<sup>39</sup> O mesmo caberia dizer a respeito da muito maior agilidade e eficiência das redes privadas de saúde (companhias de seguros sanitários, hospitais privados, instituições religiosas, fundações de toda a espécie, etc.), com a possibilidade de aumentar a capacidade com maior elasticidade e rapidez em épocas de crise (deve recordar-se, como exemplo, que curiosamente quase 80% dos próprios funcionários do Estado – incluída a vice-presidente do governo socialista<sup>40</sup> – escolhem com total liberdade a saúde privada frente à pública, sem que,

---

<sup>38</sup> Entre muitos outros estudos, o artigo clássico os de F.A. Hayek, “Competition as a Discovery Procedure”, em *New Studies in Philosophy, Politics, Economics and the History of Ideas*, Routledge, Londres, 1978. [O artigo original foi publicado em alemão. Uma outra tradução para inglês pode ser encontrada aqui: <https://mises.org/library/competition-discovery-procedure-0> (N.T.)]

<sup>39</sup> Os governos, utilizando continuamente um duplo critério, denunciam imediatamente qualquer falha, por mais pequena que seja, do sector privado, ao mesmo tempo que consideram que as falhas muito maiores e clamorosas do sector público são a prova definitiva de que não se gasta o suficiente e que é necessário aumentar o seu tamanho, a despesa pública e os impostos.

<sup>40</sup> [A Vice-Presidente do governo, Carmen Calvo, defensora da saúde pública ao ponto de afirmar que esta só existe por obra e graça do seu partido, acudiu a centros de saúde privados para o tratamento da infecção por coronavírus de que foi vítima. Confira-se em: <https://okdiario.com/espana/asi-defendia-carmen-calvo-mitin-del-psoe-sanidad-publica-antes-usar-privada-5344638>, <https://www.eldiario.es/politica/carmen-calvo->



injustamente, se dê esta opção ao resto dos seus concidadãos espanhóis, facto que não obistou, ainda assim, a que pelo menos um quarto dos mesmos tivessem assumido o sacrifício que implica o custo adicional de contratar uma apólice privada de saúde). E assim sucessivamente, etc., etc..<sup>41</sup>

#### 2.4. Servilismo e obediência dos cidadãos

Como conclusão desta parte, convinha, talvez, perguntar o porquê de, apesar de todas as insuficiências, carências e contradições inerentes à gestão estatal postas em manifesto pela análise económica,<sup>42</sup> a maioria dos cidadãos, seduzidos pelos seus políticos e pelas suas autoridades públicas, continuam, no entanto, a obedecer com tanta resignação e disciplina. Em 1574, data em que apareceu o seu *Discurso da Servidão Voluntária*, Etienne de la Boétie<sup>43</sup> identificou quatro factores que explicam o servilismo do cidadão em relação aos governantes e à autoridade, e que continuam a ter, hoje em dia, plena actualidade: o costume de obedecer a alguém, que, sendo de origem tribal e familiar, se extrapola ao nível de toda a sociedade; a perene autoapresentação do poder político com um rótulo de “sagrado” (vontade divina no

---

[ingresada-clinica-privada\\_1\\_1011801.html](https://okdiario.com/espana/carmen-calvo-acude-hospital-privado-san-francisco-asis-acompanada-del-medico-moncloa-6779899), <https://okdiario.com/espana/carmen-calvo-acude-hospital-privado-san-francisco-asis-acompanada-del-medico-moncloa-6779899> (N.T.)]

<sup>41</sup> Como é obvio, aquelas autoridades públicas que intervieram e coagiram relativamente menos os seus cidadãos, como são os casos de Hong Kong, Coreia do Sul, Singapura ou, mais próximo de nós, a Comunidade Autónoma de Madrid, mesmo não tendo conseguido desembaraçar-se completamente dos problemas irresolúveis do intervencionismo estatal, tendem a conseguir resultados comparativamente melhores, algo que também constitui um indício e uma ilustração adicional às referidas no texto principal. Incidentalmente, o ditado que diz que “metade da Espanha dedica-se a regular, inspecionar ou sancionar a outra metade”, e que tem um grande fundo de verdade, convida a pensar que, pelo menos, um efeito positivo do confinamento e da paragem radical consistiu precisamente na trégua de pressão que, neste âmbito, se pôde sentir, pelo menos parcialmente e durante uns meses, na sociedade civil.

<sup>42</sup> Não fizemos referência no texto principal às contribuições da denominada “Escola da Escolha Pública” (Public Choice School), que, a respeito das falhas da gestão pública democrática (em particular aquilo a que se chama os efeitos da racionalidade da escolha do votante, o papel perverso dos grupos de interesses privilegiados, a miopia e a visão de curto prazo governamental e o carácter megalómano e ineficiente das burocracias) tanta projecção alcançou a partir dos anos 80 do século passado (o seu pioneiro e principal impulsionador, James M. Buchanan, obteve o Prémio Nobel de Economia em 1986), e que devem considerar-se aqui como reproduzidas (veja-se, adicionalmente, a bibliografia que cito na nota 25 da pág. 121 do meu livro *Socialismo, cálculo económico y función empresarial*, ob. cit.).

<sup>43</sup> [Uma tradução inglesa pode ser encontrada em: <https://maisliberdade.pt/biblioteca/the-politics-of-obedience-the-discourse-of-voluntary-servitude/>. O autor citava originalmente a tradução espanhola. (N.T.)]

passado, soberania popular e apoio democrático no presente) que legitimaria supostamente a obrigação de obedecer; a constante criação de um numeroso grupo de incondicionais (antes, “guardas pretorianos”; agora, especialistas, funcionários, etc.), que dependem do poder político para subsistir e continuamente o apoiam, exaltam e sustentam; a compra, do apoio popular mediante a contínua concessão de subsídios (antes, rendas e prémios; agora, por exemplo, as prestações do interesseiramente denominado “Estado-Providência”), que convertem os cidadãos progressiva e irreversivelmente em dependentes do poder político. Se a isto acrescentamos o medo (que incita o próprio Estado) e que gera a petição ao governante para que faça algo, especialmente em épocas de crises graves (guerras, pandemias), pode explicar-se o crescimento e a consolidação do comportamento servil por parte dos cidadãos, principalmente neste tipo de situações. Todavia, basta aprofundar um pouco a questão em termos teóricos e filosóficos para que se ponha de manifesto a falta de legitimidade moral e ética da autoridade especial que se atribui ao Estado. Assim o demonstrou, entre muitos outros, Michael Huemer, no seu livro intitulado *The Problem of Political Authority*.<sup>44</sup> Obviamente que não podemos aqui desenvolver este grave problema que está, sem dúvida alguma, na base da principal crise social do nosso tempo (e, em certo sentido, de todos os tempos). Mas, no contexto da análise económica das pandemias que estamos a fazer, o que podemos constatar é que existe um “vírus” ainda mais letal que o da actual Pandemia e que não é outro senão o do estatismo, “que infecta a alma humana e nos contagiou a todos”.<sup>45</sup>

### 3. A pandemia como pretexto para o aprofundamento do descontrolo fiscal e monetário por parte de governos e bancos centrais

#### 3.1. A eficiência dinâmica como condição necessária e suficiente para que a economia recupere de uma pandemia

---

<sup>44</sup> Traduzido em espanhol por Javier Serrano e publicado pela Editorial Planeta-Deusto, em Bilbao, em 2019, o livro tem o sugestivo subtítulo de “Um ensaio sobre o direito à coerção por parte do Estado e sobre o dever de desobediência por parte dos cidadãos”.

<sup>45</sup> Jesús Huerta de Soto, “Il virus più letale”, *Il Giornale*, Milão, 14 de Maio de 2020, págs. 1 e 24. Versão posteriormente publicada em espanhol, “El virus más letal”, *Procesos de Mercado*, vol. XVII, n.º 1, Primavera 2020, págs. 439-441. [O texto apareceu em português no jornal Público: <https://www.publico.pt/2020/06/13/opiniao/noticia/virus-letal-1920028>. Também se pode ver uma versão gravada em vídeo pelo próprio Huerta de Soto, no YouTube: <https://www.youtube.com/%20watch?v=SHXSRJWAMdl> (N.T.)]

Qualquer economia que se veja afectada por uma pandemia requer uma série de condições que permitam, num primeiro momento, adaptar-se às novas circunstâncias com o mínimo custo possível e, uma vez superada a pandemia, iniciar uma recuperação sã e sustentável. Já vimos, na primeira parte deste trabalho, os possíveis impactos estruturais que uma pandemia pode gerar a curto, médio e, eventualmente, longo prazo, e o papel que o natural incremento da incerteza gerada pela pandemia tem, num primeiro momento, sobre o aumento da procura por dinheiro e sobre o seu poder aquisitivo: num ambiente de confinamentos (sectoriais ou generalizados), em que temporariamente se paralise a actividade produtiva, é particularmente importante que se produza uma concomitante diminuição da procura, para libertar bens e serviços de consumo que permitam atender ao nível mínimo necessário para que todos aqueles que se viram obrigados a suspender a sua actividade produtiva e laboral possam continuar a consumir. Quer dizer, o aumento dos saldos de tesouraria e a redução dos preços nominais facilitam a adaptação dos consumidores e dos agentes económicos às difíceis circunstâncias, ao mesmo tempo que tornam possível uma resposta rápida de todos, uma vez que se comece a ver a luz ao fundo do túnel, e a confiança se comece a restabelecer. Em todo o caso, é preciso que a economia seja “dinamicamente eficiente”,<sup>46</sup> para que se possam descobrir e aproveitar as oportunidades que comecem a surgir e assim fazer arrancar a retoma económica. As condições da eficiência dinâmica são dadas por tudo aquilo que torne possível e facilite o livre-exercício da função empresarial, simultaneamente criativa e coordenadora de todos os agentes económicos, de maneira a que estes sejam capazes de mobilizar os recursos disponíveis para novos projectos de investimento que sejam rentáveis e sustentáveis e que se foquem na produção dos bens e serviços que satisfaçam as necessidades dos cidadãos e sejam por estes exigidos de forma autónoma a curto, médio e longo prazo. Num contexto de economias fortemente intervencionadas, como aquele em que nos encontramos, isto exige que se desenvolva, com total agilidade, o processo de formação e fixação de preços característico do sistema de livre iniciativa, para o que será necessário liberalizar ao máximo os mercados, em especial o mercado laboral, e o resto dos factores de produção, eliminando as regulações que tornam a economia rígida. Adicionalmente, é preciso que não sejam delapidados pelo sector público os recursos de que as empresas e os agentes económicos necessitam, primeiro para fazer frente

---

<sup>46</sup> Jesús Huerta de Soto, “La teoría de la eficiencia dinámica”, *Procesos de Mercado*, vol. 1, n.º 1, primavera 2004, págs. 11-71. [Também pode ser consultada a versão inglesa original indicada anteriormente. (N.T.)]

aos estragos da pandemia e sobreviver, e depois para, quando as coisas melhorarem, fazer uso de todas as poupanças e recursos ociosos disponíveis a fim de construir a recuperação. É imprescindível proceder a uma redução generalizada dos impostos, que deixe o máximo de recursos nos bolsos dos cidadãos, e, principalmente, que se libertem de encargos os lucros empresariais e a acumulação de capital. É preciso recordar que os lucros são o sinal imprescindível que guia os empresários no seu insubstituível trabalho criativo e coordenador de detectar, empreender e culminar projectos de investimento rentáveis e sustentáveis que gerem emprego permanente. É necessário promover – e não castigar – fiscalmente, a acumulação de capital, se se quer favorecer as classes trabalhadoras, especialmente aquelas mais vulneráveis, pois o salário que cobram vem determinado, em última instância, pela sua produtividade, que será tanto maior quanto mais elevado seja o volume *per capita* de capital em forma de bens de equipamento cada vez mais dispendiosos e sofisticados postos à sua disposição pelos empresários. No que diz respeito ao mercado laboral, deve evitar-se todo o tipo de regulações que reduza a oferta, mobilidade e plena disponibilidade para os trabalhadores se reincorporarem de forma rápida e ágil nos novos projectos de investimento. Assim, são particularmente prejudiciais a fixação de salários mínimos, o enrijecer e sindicalizar das relações laborais no seio da empresa, a obstaculização e sobretudo a proibição legal de efectuar despedimentos, a criação de subsídios e ajudas (em forma de expedientes de regulação de emprego temporário, subsídios de desemprego, rendimento básico universal) que, de forma combinada, podem desincentivar a procura e o desejo de encontrar trabalho ou colocação, se se tornar evidente que, para muitos, é mais interessante viver dos subsídios, sem trabalhar oficialmente, dedicando o seu esforço à economia paralela.<sup>47</sup> Todas estas medidas e reformas estruturais devem ser combinadas com a reforma do “Estado-Providência”, dirigida a devolver a responsabilidade das reformas, saúde e educação à sociedade civil, permitindo àqueles que o desejem subcontratar no sector privado as suas prestações, com a correspondente dedução fiscal (já indicámos na secção anterior como quase 80% dos milhões de funcionários espanhóis optam todos os anos livremente pela saúde privada em detrimento da pública; por algo será...).

É bastante claro, portanto, o caminho a seguir em termos da política económica mais adequada para enfrentar uma pandemia e, principalmente, para recuperar da

---

<sup>47</sup> Para além disto, o indicado em Jesús Huerta de Soto, *Dinero, crédito bancario y ciclos económicos*, ob. cit., págs. 356-352.

mesma. Os seus princípios essenciais são, ou bem amplamente conhecidos, ou bem um “segredo de polichinelo”, em especial, neste último caso, por parte de todos aqueles que caem na armadilha de alimentar a demagogia populista, criando expectativas falsas e irrealizáveis entre uma população tão atemorizada e desorientada como a que surge, compreensivelmente, em épocas de pandemia.<sup>48</sup>

### 3.2. Esgotamento da política ultra-permissiva dos anos anteriores à Pandemia

Focando-nos na actual Pandemia de COVID-19, a qual temos vindo a analisar como principal ilustração neste trabalho, importa destacar uma peculiaridade muito importante que condiciona e enviesa, ainda mais negativamente do que seria necessário, o futuro da sua evolução económica. Com efeito, esta Pandemia surge e expande-se por todo o mundo a partir de 2020 num contexto em que, previamente, e desde muitos meses antes ou inclusivamente anos, sob o principal pretexto de ajudar a incipiente recuperação pós-Grande Recessão de 2008, e mais tarde para fazer frente às supostas ou reais incertezas que sempre vão surgindo (proteccionismo populista de Trump, Brexit, etc.), os bancos centrais de todo o mundo já tinham iniciado uma política monetária ultra-permissiva, de taxas de juro nulas ou inclusive negativas e de injeções monetárias com um grau de intensidade, extensão e coordenação internacional nunca antes visto na história económica da humanidade.

No meu artigo sobre “A Japonização da União Europeia”,<sup>49</sup> explico como as políticas monetárias ultra-permissivas empreendidas pelos bancos centrais previamente ao aparecimento da Pandemia tiveram um efeito contraproducente. Por um lado, e em primeiro lugar, fracassaram ostensivamente na hora de fazer subir os preços a um nível próximo dos 2%. De facto, a injeção monetária maciça foi, em grande medida, esterilizada, num ambiente de grande rigidez institucional e de incerteza, por um aumento concomitante e generalizado da procura por dinheiro por parte dos agentes económicos, ao reduzir-se a zero o custo de oportunidade de manter saldos de

---

<sup>48</sup> Por exemplo, P. Bagus, J.A. Peña Ramos e A. Sánchez Bayón, “Covid-19 and the Political Economy of Mass Hysteria”, *Int. J. Environ. Res. Public Health*, 2021, 18 (4) 1376.

<sup>49</sup> Jesús Huerta de Soto, “La Japonización de la Unión Europea”, *Procesos de Mercado*, Vol. XVI, n.º 2, Outono 2019, págs. 317-342. Por outro lado, é plenamente aplicável o “Teorema da Impossibilidade do Socialismo” aos bancos centrais, tal como se demonstra em Jesús Huerta de Soto, *Dinero, crédito bancario y ciclos económicos*, ob. cit., págs. 503-525.

tesouraria; além de não surgirem oportunidades de investimento sustentáveis numa moldura de constante regulação e intervencionismo económico, que frustra as expectativas de lucro e impede que se recupere totalmente a confiança perdida a partir da Grande Recessão de 2008. Por este motivo, também não foi possível corrigir todos os erros de investimento cometidos durante os anos da bolha e expansão creditícia anteriores a 2008. Por outro lado, e em segundo lugar, no momento em que os bancos centrais empreenderam as suas políticas de injeção monetária maciça, de “*quantitative easing*” e de redução a zero das taxas de juro, eliminaram-se “*ipso facto*” todos os incentivos que os diferentes governos (de Espanha, Itália, França, etc.) poderiam ter para começar ou culminar as reformas económicas, regulatórias e institucionais que têm pendentes e que são imprescindíveis para promover um ambiente de confiança em que os empresários, livres de amarras e de obstáculos inúteis, possam dedicar-se a desenvolver a sua criatividade e a investir a longo prazo, gerando postos de trabalho sustentáveis. Na realidade, que governo vai assumir o elevado custo político de, por exemplo, sanear as suas contas e liberalizar o mercado de trabalho se, na prática, não importa o nível de deficit em que incorra, já que este vai ser directa ou indirectamente financiado e a custo zero – quer dizer, completamente monetizado – pelo Banco Central? Desta forma, por exemplo, o Banco Central Europeu já é titular de quase um terço da dívida soberana emitida pelos Estados-Membros da Zona Euro e, desde o momento em que iniciou a sua política de compra indiscriminada da mesma, deteve-se todo o processo de reformas económicas e institucionais necessárias “como pão para a boca”. A conclusão da teoria económica não pode ser mais clara: numa envolvente de grande rigidez institucional e intervencionismo económico, as políticas monetárias ultra-permissivas só servem para manter indefinidamente a rigidez e atonia das economias afectadas e para incrementar o endividamento dos respectivos sectores públicos até limites dificilmente sustentáveis.

### 3.3. Reacção dos bancos centrais perante a surpresa do surgimento da Pandemia

Foi neste cenário económico tão preocupante, e em que os bancos centrais praticamente já esgotaram todo o seu arsenal de “armas não convencionais” de política monetária ultra-permissiva, quando surgiu, de surpresa, a partir de janeiro de 2020, a pandemia do COVID-19. A reacção das autoridades monetárias consistiu, simplesmente, em mais do mesmo: redobrar a injeção monetária – ou ainda mais, se possível – não só incrementando os seus programas de compra de activos financeiros



(cujo preço, para gáudio dos grandes investidores, como fundos de investimento, *hedge funds*, etc., não parou de subir, incrementando assim os bancos centrais a fortuna de uns poucos, quando a economia da maior parte dos cidadãos se contrai e entra em recessão). No entanto, para além disso, começa efectivamente, através de ajudas e subsídios directos que se financiam via deficit público monetizado, a distribuir-se de forma crescente o novo dinheiro, que já vai chegando, numa parte relevante, directamente ao bolso das próprias economias domésticas. Todavia, já sabemos, pelo menos desde Hume,<sup>50</sup> em 1752, que a mera distribuição paritária de unidades monetárias carece de efeitos reais.<sup>51</sup> Por este motivo, as autoridades monetárias de todo o mundo não querem nem ouvir falar no famoso “helicóptero de Friedman” como instrumento para a sua política monetária, pois esta só produz efeitos aparentes de expansão quando são apenas alguns, poucos, os sectores, as empresas e os agentes económicos que recebem, num primeiro momento, o novo dinheiro, com todas as consequências colaterais de incremento da desigualdade na distribuição da rendimento a favor dos poucos que mencionámos antes, ao discutirmos os efeitos das políticas de “*quantitative easing*” como factor determinante do enriquecimento dos que actuam nos mercados financeiros. Em todo o caso, o que é inquestionável é que, mais cedo ou mais tarde, o novo dinheiro, na medida em que não seja esterilizado pelos bancos privados<sup>52</sup> e pelos sectores industriais desmoralizados, terminará por chegar ao bolso dos

---

<sup>50</sup> David Hume, “Of Money” em *Essays: Moral, Political and Literary*, E.F. Miller (ed.), Liberty Classics, Indianápolis IN, 1985, pág. 281 e seguintes. Hume refere-se expressamente a que se, por um milagre, cada homem da Grã-Bretanha encontrasse cinco libras adicionais no seu bolso durante a noite, isso não teria nenhum efeito, salvo diminuir o poder aquisitivo do dinheiro (quer dizer, aumentar os preços nominais), pois a capacidade produtiva do Reino Unido permaneceria idêntica (pág. 299). Com o seu famoso “helicóptero”, Friedman limitou-se a copiar e actualizar este exemplo de Hume (sem o citar). [Pode encontrar-se uma cópia dos ensaios de Hume referidos pelo autor no seguinte enlace: <https://maisliberdade.pt/biblioteca/essays-moral-political-literary/> (N.T.)]

<sup>51</sup> Por exemplo, o próprio Mervyn King, ex-governador do Banco de Inglaterra, não teve outro remédio que não acabar por reconhecer o seguinte: “A narrativa em vigor diz que a combinação de estímulos fiscais e monetários foi um êxito contra a Pandemia, mas eu acabo por não ver o benefício do activismo monetário dos bancos centrais. Ando há dias a discutir com a minha mulher se é um bom momento para irmos jantar ao nosso restaurante favorito: o teor dessa discussão não vai mudar por nos continuarem a reduzir as taxas de juro.” *El País*, 17 de Janeiro de 2021, pág. 38.

<sup>52</sup> A relação das autoridades com os bancos privados é “esquizofrénica”: por um lado, inundam-nos de liquidez para que emprestem, e, por outro, ameaçam-nos continuamente com exigências de mais capital e de que vigiem de perto a quem emprestam.



consumidores, gerando pressões inflacionistas, à medida que o efeito Hume de perda inexorável de poder aquisitivo da unidade monetária se manifesta. Este efeito vai-se tornar cada vez mais evidente à medida que se vá superando a incerteza inicial das economias domésticas e estas considerem que não é necessário manter saldos de tesouraria tão elevados, ou simplesmente se vejam obrigadas a gastar o dinheiro que recebem em subsídios para sobreviverem enquanto os seus membros estejam desempregados e não possam produzir. De qualquer forma, tudo aponta na mesma direcção: uma crescente oferta monetária sobre uma produção contraída como consequência da Pandemia leva inexoravelmente a uma crescente pressão para a subida dos preços.<sup>53</sup> Isto é precisamente o que já se começa a constatar no momento em que escrevo estas linhas (Janeiro 2021). Por exemplo, o preço dos produtos agrícolas não deixa de subir e alcançou o seu máximo dos últimos três anos; o mesmo está a acontecer com os fretes e com muitas outras matérias primas (minerais, petróleo, gás natural, etc.), que estão a alcançar preços muito elevados, inclusive recorde...

### 3.4. O beco sem saída em que se encontram os bancos centrais

A conclusão não pode ser mais clara. Os bancos centrais meteram-se num verdadeiro beco sem saída. Se fogem para a frente e promovem ainda mais a política de expansão monetária e monetização de um deficit público que não deixa de aumentar, correm o risco de gerar uma grave crise de dívida pública e inflação. Mas se, perante o temor de passarem de um cenário de “japonização” antes da Pandemia a um de “venezuelização” depois da mesma, detêm a sua política monetária ultra-permissiva, então será de imediato evidente a sobrevalorização dos mercados de dívida pública e gerar-se-á uma importante crise financeira e recessão económica, tão dolorosa quanto saudável a médio e longo prazo. Como demonstra o “Teorema da Impossibilidade do Socialismo”, é impossível que os bancos centrais (verdadeiros órgãos de planificação financeira central) sejam capazes de acertar na política económica mais conveniente em cada momento.

Perante a actual e difícil tessitura, é muito ilustrativo observar as recomendações e as reacções que, de maneira cada vez mais nervosa e inquieta (eu diria inclusive “histórica”), vertem os investidores, especialistas, comentadores e inclusivamente os responsáveis económicos e autoridades monetárias de maior renome.

---

<sup>53</sup> Entre outros, Michael D. Bordo e Mickey D. Levy, “The Short March Back to Inflation”, *The Wall Street Journal*, 4 de Fevereiro de 2021, pág. A17.

Deste modo, por exemplo, publicam-se continuamente novos artigos e comentários, especialmente nos jornais “de páginas amareladas”, liderados pelo *Financial Times*, tendentes sempre a tranquilizar os mercados e que, invariavelmente, enviam a mensagem de que as taxas de juro a zero (ou inclusivamente negativas) vão permanecer assim por muitos anos, já que os bancos centrais não vão desistir das suas políticas monetárias ultra-permissivas, pelo que os investidores podem estar tranquilos e continuar a enriquecer operando e comprando nos mercados de dívida. Os bancos centrais, pelo seu lado, colocando a venda nos olhos antes da ferida, anunciam a revisão dos seus objectivos de inflação, com o propósito de os “flexibilizar” (obviamente em alta), sob o pretexto de compensar deste modo os anos em que se viram incapazes de os alcançar e para justificar que não tomem medidas de controlo monetário, mesmo no caso em que a inflação dispare.<sup>54</sup> Outros assessores das autoridades monetárias propõem mesmo abandonar a meta de inflação para introduzir directamente, como objectivo, manter uma determinada curva de taxas de juro particularmente reduzida (quer dizer, juros nulos e inclusivamente negativos para muitos prazos da curva de taxas de juro, que se obteriam através de todas as operações em “mercado aberto” que fossem necessárias para o efeito). Tudo isto, exaltado pelos corifeus da chamada “*Modern Monetary Theory*”, que, apesar da sua denominação, nem é moderna, nem é teoria monetária, mas tão só um pot-pourri de velhas receitas Keynesianas e mercantilistas, mais próprias de alquimistas de séculos passados (já que mantêm que o deficit é irrelevante, por poder ser financiado sem limite através da emissão e monetização da dívida) que de verdadeiros teóricos da nossa disciplina, mas que fazem estragos entre os nossos responsáveis económicos e monetários.<sup>55</sup> Chegamos assim à última das “ocorrências” que está a alcançar uma crescente popularidade: o perdão da dívida pública adquirida pelos bancos centrais (que, já vimos, é próxima a um terço da totalidade emitida).

Antes de mais, é obvio que a todos aqueles que se juntaram ao coro em favor deste perdão lhes cai a máscara, já que se, como afirmam, os bancos centrais sempre

---

<sup>54</sup> A adopção desta política provoca tal tensão na governabilidade do Euro que, muito possivelmente, o pode pôr em risco de desaparecer.

<sup>55</sup> Por exemplo, Patrick Newman, “Modern Monetary Theory: An Austrian Interpretation of Recrudescent Keynesianism”, *Atlantic Economic Journal*, n.º 48, 2020, págs. 23-31, assim como os artigos críticos de Mark Skousen e Gordon L. Brady, publicados no mesmo número dessa revista. Entre os abduzidos pela “*Modern Monetary Theory*” encontra-se o próprio Mario Draghi: veja-se, por exemplo, “Las claves del plan Draghi” para salvar a Itália, *ABC*, 4 de Fevereiro de 2021, pág. 30.

vão recomprar, a uma taxa de juro zero, a dívida que se emita para fazer frente aos vencimentos que vão chegando, não se percebe para que seria necessário um perdão. O mero facto de que o peçam, precisamente agora, põe de manifesto o seu nervosismo perante os crescentes sinais de reviravolta inflacionária e o seu concomitante temor de que os mercados de dívida se afundem e as taxas de juro voltem a subir. Nestas circunstâncias, seria fulcral para eles que a pressão sobre os governos esbanjadores se suavizasse, com um perdão que equivaleria a cerca de um terço do total da dívida emitida e que só prejudicaria uma instituição tão abstracta e afastada para a generalidade do público como é o banco central. Mas as coisas não são tão fáceis como parecem. Ao levar-se a cabo um perdão como o que agora se solicita, revelar-se-ia evidente o seguinte: primeiro, que os bancos centrais se limitaram a criar o dinheiro que injectaram no sistema através dos mercados financeiros, enriquecendo exorbitantemente a uns poucos sem conseguir, ao fim ao cabo, efeitos reais apreciáveis (à margem da redução artificial das taxas de juro e da simultânea destruição da alocação eficiente dos recursos produtivos).<sup>56</sup> Em segundo lugar, o clamor popular contra esta política alcançaria tal magnitude, que os bancos centrais perderiam, não só toda a sua credibilidade,<sup>57</sup> como também a possibilidade de repetir, no futuro, as suas políticas de compras em mercado aberto (“*quantitative easing*”), vendo-se assim obrigados pelas circunstâncias a limitar as injeções monetárias às que se possam fazer directamente aos cidadãos (“*helicóptero de Friedman*”), as únicas “equitativas” desde o ponto de vista dos seus efeitos sobre a distribuição do rendimento, mas que, ao carecerem de efeitos reais de expansão constatáveis a curto prazo, significariam a morte definitiva da capacidade dos bancos centrais de influir nas economias do futuro de uma forma apreciável com a sua política monetária.

---

<sup>56</sup> É uma verdadeira tragédia que especialistas, políticos e cidadãos se tenham esquecido que o mais importante de entre todos os preços – e, portanto, aquele que é o mais transcendental – deve ser fixado pelo livre-mercado. A taxa de juro, que é o preço dos bens presentes em função dos bens futuros, não pode ser manipulada impunemente pelos governos e bancos centrais sem que se bloqueie o cálculo económico e a correcta alocação inter-temporal dos recursos produtivos.

<sup>57</sup> Entre outras coisas, sem activos para vender, por os haver perdoado, não poderiam drenar reservas do sistema se isso fizesse falta perante um regresso da inflação. Apenas no contexto de uma transição irrevogável para um sistema bancário com um coeficiente de caixa de 100%, como a que proponho no meu livro, *Dinheiro, crédito bancário e ciclos económicos* (ob. cit., págs. 615 e seguintes) teria sentido perdoar a dívida pública em poder do banco central para evitar que este se tornasse titular de uma parte significativa da economia real quando se trocasse a dívida pelos activos bancários que hoje em dia contrabalançam os depósitos à vista.

Neste contexto, a única recomendação sensata que se pode dar aos investidores é que vendam todas as suas posições em dívida o quanto antes, pois não se sabe por quanto tempo mais os bancos centrais poderão continuar a manter de forma artificial o preço da mesma tão exorbitado como nunca se viu na história da Humanidade. Existem, de facto, indícios mais que suficientes de que os investidores mais avisados, como os *hedge funds* e outros, utilizando derivados e outras técnicas sofisticadas, já estão a apostar pelo colapso dos mercados de dívida, ao mesmo tempo que, oficialmente, não deixam de filtrar aos meios de comunicação mensagens e recomendações tranquilizadoras, utilizando os comentadores com mais prestígio,<sup>58</sup> como não podia deixar de ser, pois pretendem “sair” do mercado de dívida sem que se note, e ao preço mais alto possível.

### 3.5. Os últimos foguetes da despesa pública

E assim chegamos à última receita que se propõe com carácter fundamental para sair da crise gerada pela Pandemia e recuperar a normalidade: nada de sanear as contas públicas nem de emagrecer a despesa pública improdutiva das mesmas; nada de reduzir a pressão fiscal, nem aligeirar a carga burocrática e regulatória aos empresários para que estes recuperem a confiança e se lancem a investir. Nada disso e tudo o contrário: recorrer ao máximo à política fiscal, incrementando a despesa pública ainda mais e de forma desorbitada – isso sim, dizem, dando prioridade aos investimentos ecológicos, em digitalização e em infraestruturas. Só que este novo estertor da política fiscal é pró-cíclico e perturbadoramente contraproducente. Deste modo, quando chegue a partir do próximo Verão de 2021 o “maná” dos 140 000 milhões de euros concedidos pela União Europeia a Espanha a fundo perdido (de um programa total de 750 000 milhões organizado pelas autoridades da União Europeia e ampliáveis até 1,85 biliões em forma de empréstimos), é mais que provável que, tanto a economia de Espanha, como as do resto da União Europeia, já estejam a recuperar de forma autónoma, pelo que esses fundos vão absorver e desviar recursos escassos que são imprescindíveis para que o sector privado possa iniciar e culminar os novos projectos de investimento que, pela sua verdadeira rentabilidade, por si só e sem ajudas públicas,

---

<sup>58</sup> Veja-se, por exemplo, a litania de comentários e recomendações de política monetária e fiscal do prestigioso Martin Wolf no *Financial Times*, ou do próprio Paul Krugman no suplemento económico do *El País*, nos que praticamente não há semana em que não deixem de recomendar mais injeção monetária e mais despesa pública.

podem gerar um elevado volume de emprego sustentável a curto, médio e longo prazo, que contrasta com o emprego sempre precário e dependente de decisões políticas que gera a despesa pública consuntiva, ainda que se tratem de projectos faraónicos de “transição” ecológica e digital. E isto sem que seja preciso mencionar a consubstancial ineficiência do sector público no momento de canalizar os recursos que vão chegar e a inevitável politização na distribuição dos mesmos, sempre muito vulnerável à procura e manutenção do correspondente clientelismo político. Todos recordamos, por exemplo, o denominado “Plan E” de injeção de despesa pública, promovido pelo governo socialista de Zapatero para fazer frente à Grande Recessão de 2008.<sup>59</sup> Ou o lamentável fracasso da política fiscal de grande incremento da despesa pública no Japão, que não teve outro efeito apreciável que não fosse o de converter esse país no mais endividado do mundo. Enfim, uma história que se repete uma e outra vez.

## Conclusão

Não existem atalhos milagrosos para sair de uma crise tão grave como a gerada pela actual Pandemia. Ainda que os governos e as autoridades monetárias se esforcem por apresentar-se perante os cidadãos como os seus imprescindíveis “salvadores”, graças ao seu esforço e actividade frenética e fazendo coisas aparentemente benéficas; ainda que uns e outros sistematicamente ocultem a sua incapacidade intrínseca, tal como põe de manifesto a Escola Austríaca, para acertar e deter a informação de que precisam para dar um conteúdo coordenador aos seus mandatos; ainda que as suas acções sejam sistematicamente irresponsáveis e contraproducentes, por delapidarem os recursos escassos e impossibilitarem a correcta alocação de recursos e o cálculo económico racional nos processos de investimento – apesar de tudo isso, quer dizer, apesar dos governos e dos bancos centrais, daqui a poucos anos a Pandemia de COVID-19 será simplesmente uma triste recordação histórica, que será esquecida pelas gerações vindouras, da mesma forma que já ninguém recordava os muito maiores estragos sanitários e económicos produzidos pela “Gripe Espanhola” faz já um século.

---

<sup>59</sup> [O “Plan E” – Plan Español para el Estímulo de la Economía y el Empleo, foi um plano económico desenvolvido pelo governo de Rodríguez Zapatero para estimular a economia e o emprego através da despesa pública. Como esta atingiu com especial gravidade o sector da construção, tentou-se que os municípios promovessem obras públicas, de utilidade bastante questionável, ao ponto de mesmo o jornal de grande tiragem tendencialmente mais afim ao Partido Socialista, o *El País*, ter posto em causa a êxito do plano: [https://elpais.com/diario/2009/08/30/economia/1251583202\\_850215.html](https://elpais.com/diario/2009/08/30/economia/1251583202_850215.html). Zapatero acabaria por de-mitir e convocar eleições antecipadas em grande parte após o fracasso deste plano infeliz. (N.T.)]

Agora, como então, vamos seguir em frente como resultado do nosso esforço individual e colectivo, tratando de avançar com criatividade os nossos projectos vitais por entre os resquícios de liberdade de iniciativa e de mercado não intervencionado que, apesar de tudo, continuam abertos.

Madrid, 27 de Janeiro de 2021

Jesús Huerta de Soto